

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ATUÁRIA

BENTO DE SÁ BRAGA

**ECONOMIA E FILOSOFIA EM ADAM SMITH UMA INVESTIGAÇÃO DE
ASPECTOS DO PENSAMENTO MODERNO**

São Paulo

2024

BENTO DE SÁ BRAGA

**ECONOMIA E FILOSOFIA EM ADAM SMITH UMA INVESTIGAÇÃO DE
ASPECTOS DO PENSAMENTO MODERNO**

Monografia submetida à apreciação de Banca Examinadora do
Departamento de Economia, como exigência parcial para a
obtenção do grau de bacharel em ciências econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho

São Paulo

2024

O autor desta obra autoriza sua publicação eletrônica na Biblioteca Digital da PUC-SP.

Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

Ficha Catalográfica

De Sá, Bento.

Economia e Filosofia em Adam Smith: Uma investigação de aspectos do pensamento moderno / Bento de Sá– São Paulo, 2024

71 p.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho

1. Economia 2. Filosofia, 3. Modernidade. 4. Adam Smith. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à minha mãe, Paula, por, em todos os momentos, manter abertas as portas do possível e mesmo do impossível. É por causa disso, em última instância, que esta monografia foi possível.

Aos meus avós, Yeda e Gilberto, pela paciência com meus posicionamentos heterodoxos e às vezes incisivos, pelas conversas e pelos momentos que passamos juntos.

A meus parceiros de longa data, Inácio e Joaquim, que até hoje se questionam sobre a necessidade de tantos livros nas estantes de meu quarto.

Aos meus grandes amigos, Raphael e Pedro, senhores mui distintos que em nossas muitas conversas me ensinam que há sempre algo novo a ser pesquisado.

Aos amigos da psicologia da PUC-SP, e suas gratas surpresas, Helena, Vinicius, Nathalia e Bruna, por me mostrar outras formas de viver a universidade, bem como pelo aprendizado, mesmo que a nível de principiante, da “língua” dos psicólogos.

Aos colegas do curso de economia, João Tavano e Gustavo França pelas reflexões sobre os “não ditos” das diversas disciplinas que cursamos, bem como pelos trabalhos em grupo e pelas conversas nos intervalos das aulas.

E, enfim, a Isabella, que tive a felicidade de poder estar ao lado nos últimos seis anos e que, talvez mais que qualquer outra pessoa, me fez perceber os limites da economia.

RESUMO

A presente monografia busca abordar a problemática da posição da economia no interior do discurso do filósofo escocês Adam Smith. Para tanto, fez-se uso da leitura e fichamento dos textos produzidos por este autor, bem como de seus principais comentadores. O trabalho argumenta que, para o autor em questão, a economia deve ser vista enquanto dependente da moral, na medida em que os princípios da natureza humana que derivam da filosofia moral são aqueles que guiam o homem mesmo no mundo das trocas. Para sustentar este argumento buscou-se reconstituir os debates e proposições filosóficas da modernidade, em geral e em sua versão escocesa, o iluminismo escocês, que se mostraram relevantes para que Smith escrevesse sua obra, bem como os debates posteriores que marcaram a interpretação desta, neste sentido, foi fundamental a reconstituição do “das Adam Smith problem”, isto é, o questionamento acerca da continuidade ou ruptura entre as duas obras de maior fôlego do autor. Na conclusão se objetivou retomar o caminho argumentativo apresentado pelo trabalho, bem como retomar o problema central e a tese, e apontar os caminhos que, apesar de presentes em algumas elaborações ao longo do texto, não encontraram desenvolvimento à altura nos limites desta monografia.

Palavras-chave: Economia; Filosofia; Modernidade; Adam Smith

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Vista da residência do marques de Ailsa, na Escócia, a partir do mar.....	15
FIGURA 2: Desenho do perfil de Adam Smith e David Hume.....	33
FIGURA 3: Ilustração da capa da edição utilizada da “Teoria dos Sentimentos Morais”.....	49
FIGURA 4: Ilustração da capa da edição utilizada d’A Riqueza das Nações”	49

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. O ILUMINISMO ESCOCÊS.....	15
3. UM ESCOCÊS NA MODERNIDADE.....	33
4. ENTRE O ESPECTADOR IMPARCIAL E A MÃO INVISÍVEL.....	49
5. CONCLUSÃO.....	64
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67

Introdução

As contribuições de Adam Smith moldaram de maneira decisiva os rumos do pensamento econômico moderno. A influência de sua investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações pode ser sentida ao longo de toda a economia política clássica e até mesmo na ruptura que a revolução marginalista veio a representar.

Neste sentido, é possível afirmar que as escolas de economia espalhadas pelo Brasil e pelo mundo dedicam boa parcela do tempo de seus cursos a discussões cujas posições, de forma consonante ou dissonante, se referem a Smith. Noutros termos, isso significa que boa parte dos estudos em economia política, bem como da teoria neoclássica conhecem seu desdobramento primeiro na obra do economista e filósofo escocês.

Assim, Adam Smith aparece, com maior ou menor justiça, como o fundador do pensamento econômico na modernidade. Tal posição, que pode ser amplamente contestada e da qual não depende o presente estudo - apesar deste concordar com ela-, acarreta diversas consequências práticas como, por exemplo, a introdução de Smith aos estudantes logo no início dos cursos de economia.

Se restringidas apenas ao momento no qual Smith é contemplado pelos estudantes, tais consequências mal seriam dignas de nota, entretanto, como boa parte daqueles rotulados como “Fundadores”, o autor em questão também sofre de uma espécie de apagamento.

Este apagamento, como se pode deduzir, não diz respeito ao respaldo ou ao estudo da teoria do autor em si, mas, antes, refere-se a um certo “esquecimento”, por parte da disciplina fundada, tanto dos debates que, travados antes da obra do autor, vieram a influenciá-la, quanto dos compromissos que o autor assume noutras áreas do saber que não a disciplina que o reivindica em tal posição, de modo que a compreensão de aspectos cruciais da obra pode ficar lesada.

Tal mal pode, e deve, ser remediado por meio do diálogo com áreas próximas à disciplina fundada que, por reconhecerem no autor em questão mais um passo de sua longa história, são capazes de ressaltar os compromissos e debates que possibilitaram a contribuição do “autor fundador”.

No caso de Smith, boa parte dos pressupostos de sua teoria acerca do mundo econômico podem ser buscados nos campos da Filosofia e da Política. Entretanto, a ciência econômica, em especial em suas versões mais ortodoxas, acaba por se fechar a este diálogo.

Assim, se é verdade que boa parte das razões que fundamentam e baseiam os argumentos de Smith ao longo d’ “A riqueza das nações” devem ser buscadas nas posições que o autor toma

em relação às principais correntes e questões da filosofia e da teoria política de seu tempo, a análise ortodoxa - muito mais voltada à formulação de modelos de previsão de acordo com seus pressupostos - acaba por limitar sua capacidade de compreensão da contribuição deste autor ímpar no pensamento econômico.

É, portanto, apenas em oposição crítica à postura ortodoxa que se pode compreender o objeto de estudo da presente monografia, qual seja, a posição da economia no discurso de Adam Smith.

Tendo em vista os argumentos que advogam em favor da coerência das teses desenvolvidas pelo autor em sua “Teoria dos Sentimentos Morais” e “A Riqueza das Nações”, bem como da compreensão do discurso econômico de Smith enquanto resposta a questões fundamentais da modernidade, a presente investigação busca compreender os compromissos filosóficos de Smith e, mais que isso, argumentar no sentido da impossibilidade do pleno estudo do autor sem a devida compreensão dos debates que possibilitaram sua obra.

Desta maneira é possível afirmar, em termos sintéticos, que, se problemática central do trabalho é a posição da economia no discurso de Adam Smith, a tese que será defendida ao longo deste é que esta é dependente das considerações do autor em relação à filosofia moral que, por sua vez, resultam de questões fundamentais da filosofia política na modernidade, bem como do iluminismo em sua versão escocesa.

Assim, apesar da reflexão sobre o discurso econômico fornecer um excelente ponto de partida para a compressão dos compromissos e debates que moldaram o pensamento de Smith, este apenas ganha sentido pleno quando as questões filosóficas da modernidade são devidamente consideradas

A fundamentação da tese será realizada, essencialmente, em dois momentos, a saber: um primeiro, no qual se analisará o contexto teórico específico no qual Adam Smith se inserira, a saber, o Iluminismo Escocês, buscando ressaltar suas características gerais bem como aquelas que mais convém à análise do referido autor.

O segundo momento, por sua vez, privilegia a relação do autor para com as premissas e questionamentos filosóficos que marcaram a modernidade, buscando, ao mesmo tempo, situá-lo neste contexto mais amplo, e compreender, a partir deste, a relação entre suas duas obras de maior fôlego.

A relevância da temática abordada pode ser buscada, fundamentalmente, a partir de considerações sobre o impacto da obra do autor analisado. Esse impacto pode ser analisado em ao menos dois recortes distintos de tempo, de modo que é necessário considerar tanto as razões

que concernem a relevância histórica – isto é, a influência de Smith nos debates travados no passado –, quanto as razões que dizem respeito à relevância contemporânea do autor – ou seja, como o pensamento de Smith fornece, em alguma medida, possibilidades de superação dos desafios que se impõem atualmente sobre o discurso econômico.

As duas razões entrelaçam-se e, em diversos pontos, acabam invadindo o espaço da outra, de modo que inexistente uma separação rígida entre seus domínios. No entanto, para fins de exposição cabe, primeiro, elaborar cada uma delas para, então, compreender suas relações.

No que diz respeito à razão histórica, isto é, à maneira como os escritos de Smith influenciaram o debate de seu tempo, bem como as discussões que permearam o século XIX e o século XX, é possível afirmar, sem grandes riscos incorrer em erro, que boa parte do debate econômico destes períodos se deu a partir de posições que se referiam, direta ou indiretamente, consoante ou de forma dissonante, aos formulados por Adam Smith.

Em relação à razão que é contemporânea ao presente escrito, cabe destacar que, em escala provavelmente jamais antes vista, a teoria econômica é chamada a lidar com questões de mais alta urgência, como por exemplo a questão ambiental ou da desigualdade. Dessa maneira, é necessário, mais do que em qualquer outro momento, compreender os compromissos e limites do instrumental teórico que se tem em mãos.

Considerando que quase a totalidade da ortodoxia, e boa parte da heterodoxia, pouco estudam as limitações que as escolhas filosóficas de seus teóricos impõem, é possível argumentar que dificilmente, a teoria econômica, posta frente à frente com sua contraluz, será capaz de fornecer respostas efetivas aos desafios, na medida em que desconhece os próprios compromissos e limites que a formaram.

Em relação aos pontos nos quais as justificativas de relevância da temática entrelaçam-se, é possível dizer que, é apenas na medida em que, como coloca Silvia Possas: “Adam Smith (1723-1790) é considerado com justiça o ‘fundador’ da economia política, enquanto campo específico da investigação” já que “é sua obra *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*, mais conhecida simplesmente como A riqueza das nações, que organiza e delimita a temática da nova disciplina” (Possas, Silvia. em Carneiro Org, 1997, p.15), e a ciência econômica nasce da crítica neoclássica à economia política, que se torna impossível reconstituir os rumos do debate econômico, seja nos séculos XVIII, XIX e XX, ou mesmo no século XXI, sem a devida referência ao pensamento de Smith.

Em outros termos, a influência que a obra de Smith exerce sobre o debate atual da ciência econômica ultrapassa aquilo que os argumentos do autor em questão afirmam ao longo

das linhas d'A riqueza das nações, visto que, a transição da economia política para a ciência econômica baseou-se, em boa medida, na crítica neoclássica às formulações do autor - em especial aquelas relativas ao valor trabalho -, de modo que é a partir da crítica dos argumentos de Smith, em certa medida, que surge a ciência econômica.

Neste sentido, portanto, o que se busca afirmar é que esta nova posição do discurso econômico carrega traços da crítica que a formou.

Para além disso, o tom de originalidade da pesquisa, mesmo que dentro limites concebíveis para um trabalho de conclusão de curso de bacharelado, é garantido a partir da observação de que a grande maioria dos economistas acaba relegando a um segundo plano o estudo das influências filosóficas da obra de Smith.

Por outro lado, é possível compreender a justificativa do presente trabalho nos termos de sua adequação em relação ao conteúdo trabalhado ao longo dos nove semestres do curso de economia da PUC-SP.

Neste sentido, o curso ao simultaneamente fornecer para o estudante as ferramentas necessárias à leitura crítica das autoras e autores que compõem o limitado quadro dos grandes teóricos da economia, e focalizar, tanto em estágios iniciais - com as matérias de introdução ao pensamento econômico- quanto nos momentos derradeiros - com a disciplina “História do Pensamento Econômico”, a obra de Adam Smith, mostra-se bastante compatível com o espírito que anima a presente monografia.

Por fim, em termos mais amplos, a proposta de leitura das reflexões de Smith mostra-se relevante na medida em que coloca duas questões: 1) O que é ler um autor ou autora? E 2) Como expandir a leitura da produção teórica da área de economia.

Em relação à primeira pergunta objetiva-se deslocar a ideia, tão difundida entre os economistas, de que a leitura dos autores significa o mero exercício de compreensão dos efeitos práticos do esquema teórico proposto, de modo que os supostos “acertos” e “erros” nos prognósticos e nas proposições teóricas acabam por tornar opacos aspectos centrais da proposta. Já no que diz respeito à segunda questão, propõe-se, feita a superação da leitura “simplista” dos autores, a expansão da compreensão dos esquemas lógicos e conceituais em direção aos pressupostos que fundamentam a argumentação.

Cabe destacar, ainda, que o essencial da segunda pergunta não se encontra na possibilidade de se fornecer uma resposta única e definitiva, mas sim em sua capacidade de reabilitar diferentes respostas.

Em outros termos, o importante não é, por exemplo, responder de uma vez por todas qual o sujeito da teoria na ciência econômica - visto que, mais precisamente, é necessário pensar na convivência de várias formulações relativas ao sujeito no interior da teoria econômica-, mas sim ter, em todo momento, a capacidade de colocar tal questão no debate.

No que diz respeito ao método que possibilita a realização do trabalho, este será dividido, para fins de exposição, em três momentos.

Primeiramente, a leitura crítica das duas principais obras de Adam Smith, a saber: “Teoria dos sentimentos morais” e “A riqueza das nações”, com o objetivo de compreender as nuances de cada obra bem como a coerência de Smith ao longo de seu trabalho.

O segundo momento é complementar ao primeiro na medida em que se trata da leitura dos principais comentadores de Adam Smith, bem como daqueles que comentaram o fenômeno do iluminismo escocês. O aprofundamento em temáticas específicas presentes no interior das obras selecionadas será realizado aqui.

O fichamento, apesar de parte integrante tanto da leitura crítica das obras dos autores quanto de seus comentadores, aparece como terceiro momento, isolado dos demais, pela especificidade que apresenta. É aqui que os principais argumentos, as teses defendidas, e as problemáticas consideradas ao longo de todos os textos estudados são devidamente analisadas.

A realização do trabalho é possível por meio da ação coordenada entre a leitura crítica dos autores, de seus comentadores, os respectivos fichamentos e, por fim, a escrita.

Cabe ressaltar, ainda, que em termos metodológicos mais amplos, é possível considerar que o presente trabalho busca unir princípios da leitura estrutural com as vantagens oferecidas pela leitura do contexto das formulações analisadas estruturalmente.

Em outros termos, significa que, se é verdade que o trabalho se apoiará na identificação das problemáticas, teses e argumentos que sustentam o texto de Smith - buscando assim seguir a ordem interna das razões dos textos -, não será menor o esforço de reconstituição do contexto histórico e da história do pensamento das razões analisadas.

Em relação às seções que constituem a monografia cabe uma consideração mais detalhada. O trabalho encontra-se dividido em cinco partes, dentre as quais uma introdução, uma conclusão e três seções argumentativas, assim:

Introdução

1. O Iluminismo Escocês
2. Um Escocês na Modernidade

3. Entre o espectador imparcial e a mão invisível

Conclusão

A fim de encerrar a presente introdução faz-se necessário um esclarecimento acerca dos argumentos a serem desenvolvidos em cada uma das seções acima expostas, bem como considerações sobre a relação destes com a tese central do trabalho.

Neste sentido, a primeira seção argumentativa é responsável pela “ambientação” da monografia, isto é, se se objetiva analisar a obra de Adam Smith, em especial seu discurso acerca da economia, a partir de seu contexto filosófico - e, mais que isso, se se argumenta que este contexto é fundamental à compreensão integral de tal teoria-, é necessário iniciar a escrita introduzindo o ambiente intelectual no qual o autor escreve.

Assim, a seção encontra-se dividida em quatro “subseções”, cada uma responsável pelo exame de um aspecto específico do iluminismo escocês, a saber: Contexto Geral, Natureza Humana, Fundamentos da Moral e Teoria Econômica.

Para evitar que o contexto geral possa aparecer como uma subseção ausente de objeto específico - que está, por sua vez, evidente nos títulos das demais-, é necessário um comentário. O contexto geral, para além de introduzir o plano argumentativo de todo “O iluminismo escocês”, é responsável pela investigação de questões diversas que, porventura, vieram a modelar tal movimento filosófico, dentre as quais destacam-se as relações políticas e econômicas da região e até mesmo questões de ordem geográfica.

Nesta primeira seção o livro *“The Cambridge Companion to the Scottish Enlightenment”* serve de excelente guia, se bem que não é possível dispensar os agradecimentos a *“Wealth and Virtue: The Shaping of Political Economy in the Scottish Enlightenment”* e até mesmo a *“Cambridge Companion to Adam Smith”*.

No que diz respeito à segunda seção: “Um Escocês na Modernidade”, é possível afirmar que, passado o momento de ambientação e introdução do iluminismo escocês, seu papel é de inserir definitivamente Smith no contexto da filosofia moderna.

Isto é, cumpre à referida parcela do trabalho a tarefa de, tendo em vista a análise das obras de Smith que a sucederá, delinear quais as principais influências exercidas pelas questões fundamentais da modernidade na obra do autor.

Assim, tanto o artigo “Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica” escrito por Angela Ganem, quanto a obra *“Cambridge Companion to Adam Smith”* vem desempenhar papel de destaque.

A terceira seção, “Entre o espectador imparcial e a mão invisível”, vale-se dos dois principais escritos do filósofo-economista Escocês: “A Riqueza das Nações” e “Teoria dos sentimentos Morais”. Tendo em vista a argumentação de Angela Ganem em “Economia e filosofia: tensão e solução na obra de Adam Smith”, esta seção busca analisar a ligação entre as obras a partir de seus elementos argumentativos fundamentais

A conclusão do trabalho, para além de apresentar novamente a problemática central e a tese que orientaram a escrita - agora enriquecidas dos argumentos das seções -, busca refletir, mesmo que de maneira breve, sobre a relação da temática estudada com a capacidade de resposta que a economia, e em especial a teoria econômica, apresenta para lidar com as questões mais relevantes da atualidade

Por fim, serão apresentados apontamentos preliminares de temáticas que ganham corpo na medida em que se estuda, ou ao menos se pretende estudar, a obra de Smith pela chave “dupla” da economia e da filosofia.

O Iluminismo Escocês

[Figura 1: Culzean Castle from the Sea]



Fonte: Nasmyth, Alexander, 1816

A imagem da Escócia de fins do século XVII nada se parece com aquela que viria a emergir a partir da segunda metade do século XVIII, um país cujas complexas condições geográficas e as intrincadas relações entre o religioso, o político e o econômico viriam a ser contrastadas com a liderança comercial, intelectual e industrial no contexto europeu.

É certo que a incorporação das inovações trazidas pelos pensadores do iluminismo nas mais diversas áreas do conhecimento é crucial para compreender tal mudança de panorama e, mais que isso, qualquer consideração sobre a história moderna da Escócia deve levar em conta as contribuições do movimento das luzes.

Entretanto, para os fins deste trabalho a tarefa de maior interesse não é compreender como a teoria jurídica, econômica ou política do iluminismo escocês veio a possibilitar a emergência do país, mas, antes, analisar quais os condicionantes - sejam eles herdados do século XVII ou das reformas que vieram a ser empreendidas posteriormente - do referido movimento intelectual.

Neste sentido, portanto, cabe questionar como as questões relativas à baixa fertilidade do solo escocês, ou aos atos de união de 1707, moldaram o pensamento que floresceu em solo escocês, e em cujo interior Adam Smith foi capaz de realizar uma contribuição que mudaria - e moldaria- os rumos do pensamento econômico.

Assim, a presente seção, responsável por compreender o contexto da Escócia em fins do XVII e ao longo do XVIII naquilo que diz respeito aos acontecimentos de relevo do ponto de vista do iluminismo em sua versão escocesa, encontra-se dividida em quatro “subseções”.

De início será considerada a influência exercida por fatores de ordem geográfica e do contexto religioso-político-econômico, buscando delinear tanto as condições naturais quanto as culturais que condicionavam a economia e o pensamento escocês.

Em um segundo momento, se analisará as teorias sobre a natureza e mente humana tal qual formuladas por importantes expoentes do iluminismo na Escócia, tendo em vista ressaltar características gerais do movimento a partir de algumas de suas mais célebres contribuições. O estudo do senso moral e dos fundamentos da moral tal qual formulados por estes pensadores será objeto de análise da terceira subseção, na qual se oporão os sistemas de Hutcheson, Hume e Smith.

Por fim, se considerará a teoria econômica em voga, bem como os principais debates que marcaram sua elaboração. Nesta subseção serão destacadas as contribuições de Hume e, brevemente, algumas poucas formulações de Smith.

Cabe ressaltar que o objetivo da seção é compreender o contexto no qual o pensamento de Smith fora possível, de tal modo que a maior parte dos esforços fora empreendida, aqui, não na análise da obra do referido autor, mas sim nas contribuições de outros pensadores que nortearam os grandes temas e compromissos que tocam sua obra.

No que diz respeito às questões de ordem geográfica, estima-se que, de acordo com o padrão tecnológico do início do século XVIII, apenas 10% de todo o território escocês podia ser considerado fértil e arável o suficiente para produzir, de forma razoavelmente constante, os mantimentos da população.

Os principais fatores que concorriam para explicar este fenômeno eram, para além do próprio estado da tecnologia da época, a qualidade do solo escocês, a grande variação de altitude e o clima que, apesar de temperado, é, em razão dos chamados “microclimas”, intensamente variado.

Tendo em vista que a maioria das economias no alvorecer do século XVIII, inclusive na Europa continental, era largamente baseada na agricultura, a pobreza escocesa era, àquela altura, visto a qualidade de seu clima e de seu solo, um destino praticamente incontornável. Cabe ressaltar que a revolução industrial fez com que, como bem coloca Hobsbawm:

a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constantes, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços (Hobsbawm, 2019, p.59)

Muito se ponderou, entre os estudiosos do iluminismo escocês, sobre a importância destas dificuldades para os rumos que o pensamento escocês viria a tomar. Alguns, em lógica

que no mínimo parece flertar com variações do determinismo biológico, afirmam que as dificuldades impostas pela geografia escocesa funcionaram como “motor” para seu desenvolvimento.

Neste sentido, a frase de Roger Emerson: “Scotland geography, which made Scots poor but which also endowed them with the means of improvement and posed questions which enlightened studied and sought to answer” (Emerson, Roger. em Broadie, Alexander Edited, 2010, p. 9) aparece de maneira dúbia, isto é, pode ou não corroborar com o determinismo da natureza sobre um fato cultural.

A fim de esclarecer a posição do presente trabalho, cabe um breve comentário: as questões relativas à geografia escocesa não serão interpretadas, em relação ao iluminismo escocês, como motores ou qualquer coisa do gênero, haja visto que se defende que este fenômeno intelectual deriva de questões culturais - e não naturais.

Assim, as dificuldades econômicas escocesas que guardam relação com a geografia e outros aspectos naturais, apesar de profundamente impactadas pelas inovações no pensamento escocês - visto que alterou radicalmente os termos da relação do Homem para com a Natureza - não serão apontadas como causadoras do iluminismo escocês, mas, antes, como fontes de questões a serem, de acordo com o instrumental fornecido pela cultura, respondidas.

Este movimento de afastamento do determinismo biológico e de suas variações mais “sutis” mostra-se relevante na medida em que, afastando-se de representações que colocam as respostas formuladas pelos intelectuais escoceses do século XVIII como “as únicas possíveis”, possibilita apresentá-las em seu caráter evidentemente revolucionário e burguês, isto é, tratando-as como um exemplo particular dos ideais revolucionários que varreram a Europa - ao menos de Paris a Jena - e depois o mundo.

Em relação à ocupação populacional da Escócia, o quadro do início do século XVII e de seu final é bastante distinto. De acordo com Ian D. Whyte em *Scotland before the industrial revolution: an Economic and Social History, 1050-1750*, se a população escocesa em 1700 poderia ser estimada em aproximadamente 1.100.000 habitantes, em 1801, ano que inaugura o novo século, esta havia crescido 50%, encontrando-se na casa dos 1.625.000 habitantes.

Em 1700, mais de um terço deste milhão e cem mil habitantes vivia nas terras altas e ilhas - que, cabe notar, são 790 na costa escocesa-, enquanto em 1800 mais de 50% da população já se concentrava nas regiões centrais do país.

Como coloca Roger Emerson, muito deste grande crescimento populacional e simultâneo aumento em sua concentração, se deve aos avanços promovidos pelas ideias dos “Enlighteneds”, isto é:

Scots had recognised by the 1680s that if the country were to prosper, men would need to be trained, the economy improved and science brought to bear on problems(...) To reclaim land, find new mineral deposits, develop industries and new markets, to open fisheries and to increase trade were objectives not only of the late seventeenth century, but throughout the enlightenment (Emerson, Roger em Broadie, Alexander, Editor., 2010, p. 11)

O contexto da Escócia no século das luzes, no entanto, não é apenas fruto de suas condições geográficas e de distribuição populacional. Deste modo, é fundamental, se se objetiva compreender o iluminismo escocês enquanto forma de pensamento vinculada simultaneamente ao movimento iluminista em geral e à conjuntura da Escócia na qual se formou, a análise, mesmo que breve, da História escocesa.

A Escócia do século XVIII é, em maior ou menor medida, fruto de todos aqueles desenvolvimentos históricos que a antecederam e, assim, formaram-na. Neste sentido, portanto, pode parecer necessária a reconstituição quase completa da história escocesa, tarefa que, além de praticamente impossível, foge ao objetivo da monografia.

Como se objetiva na presente subseção compreender a influência do contexto histórico escocês na formulação do movimento iluminista no país, tal necessidade de reconstrução é evidentemente falsa, visto que a compreensão da modernidade escocesa não deve ser precedida, necessariamente, pela reconstrução da pré-história no país.

Assim, serão privilegiados os processos históricos que confluem para a formação do período moderno na Escócia, bem como dos elementos que o caracterizam e o início da transição rumo à contemporaneidade. A divisão entre “moderno” e “contemporâneo” necessita de um breve esclarecimento.

No presente trabalho será adotada a periodização utilizada pela filosofia e pela teoria política, a qual considera modernidade o período que se segue ao renascentismo, marcada pelas contribuições de filósofos como René Descartes e Baruch Espinosa, e de teóricos políticos como Hobbes e John Locke, e a contemporaneidade como o período que sucede a modernidade, iniciado pelas revoluções burguesas do fim do século XVIII.

Desta maneira, não se pretende abordar a consolidação do reino da Escócia entre o ano de 1058 e o ano 1286, mas sim apenas aqueles acontecimentos que, por sua vez, guardam maior relação com a formação do contexto no qual o iluminismo viria a florescer.

Assim, serão analisadas com maior detalhe: o fortalecimento da monarquia escocesa, a reforma protestante, a união das coroas e a união dos parlamentos, de modo a ressaltar as características específicas destes acontecimentos e processos históricos, bem como sua importância para o iluminismo escocês.

Em relação ao fortalecimento da monarquia escocesa, que passa a ocorrer a partir do reinado de Jaime I da Escócia, cabe dar um passo atrás, compreendendo o histórico das relações entre a coroa escocesa e a inglesa.

A morte do monarca Alexandre III, no ano de 1286 sem deixar um herdeiro sequer, recolocou o problema da influência inglesa que, desde a unificação do reino escocês e o posterior casamento entre membros das dinastias inglesa e escocesa, manifestava-se.

Com a vacância do trono escocês, iniciaram-se as disputas entre os descendentes dos reis escoceses que viriam a resultar na vitória - com a influência de Eduardo I, então monarca da Inglaterra- de John Balliol.

As exigências impostas pelo monarca da Inglaterra, somadas à forte oposição exercida pelos barões escoceses, produziram um período de aguda instabilidade no trono da Escócia, marcado, principalmente, pela invasão dos “Guardiões da Escócia” - uma união entre os barões escoceses e Filipe IV, então rei da França - em oposição à influência inglesa.

O fim do século XIII e início do século XIV podem ser, neste sentido, resumidos na árdua disputa entre os ingleses e os escoceses pelo controle político do reino da Escócia.

Por volta do ano de 1314 a revolta de Robert Bruce contra o domínio inglês, estabelecido desde o ano de 1296 em meio à crise da sucessão real escocesa, marca o final do domínio nominal da Inglaterra sobre o território e castelos da Escócia, quase todos conquistados pelas forças mobilizadas por Bruce que, após o sucesso nos conflitos, fez-se coroar rei da Escócia.

Entretanto, em termos formais, o domínio inglês persiste até o ano de 1328 quando, então, a relutante Inglaterra reconhece o trono de Bruce

Apesar do reconhecimento formal e da aparente conquista da estabilidade, a morte do monarca escocês no ano de 1329 - isto é, quando acabara de ser reconhecido - aparece como momento ideal para a uma nova investida inglesa sobre o território vizinho.

Neste movimento Edward Balliol - filho de John Balliol, que havia governado a Escócia do ano de 1296 até 1314, consegue apossar-se, não desprovido de auxílio substancial por parte da Inglaterra, do trono escocês.

Em troca do auxílio que recebera, Edward, enquanto monarca absoluto da Escócia, é impelido a ceder boa parte de seu território - em especial a porção sul deste - ao país vizinho, o que, evidentemente, acarretou enorme resistência por parte dos escoceses.

A resistência é capaz de reaver grande parte do território perdido, no entanto, o prolongado período de conflito com a Inglaterra desorganiza a economia escocesa e enfraquece o poder real, que passa a depender cada vez mais dos barões que, em troca de seu apoio, recebiam generosas concessões territoriais, tendo, assim, seu poder político bastante fortalecido.

O maior poder dos barões é característica marcante do período no qual floresce o iluminismo escocês, sua origem, como visto, remonta ao período pré-moderno de conflitos entre Inglaterra e Escócia pelo domínio do trono escocês.

A partir do século XV, os monarcas escoceses passaram a concentrar seus esforços no sentido de restaurar sua autoridade em relação às pressões inglesas. Neste sentido, os séculos XV e XVI assistiram à progressiva retomada de territórios e reafirmação do poder monárquico escocês.

O século XVI, no entanto, distingue-se fundamentalmente de seu predecessor em razão da reforma protestante que veio “animar seu espírito”. Afinal, é em 1560 que John Knox, teólogo, escritor e líder da reforma protestante na Escócia, funda a Kirk - A igreja da Escócia.

Filiada ao calvinismo, a igreja presbiteriana escocesa pretendia erradicar toda e qualquer influência da igreja católica na Escócia, recusando a veneração de santos e relíquias e extinguindo diversas formas de entretenimento coletivas, tais como o carnaval ou as celebrações de maio. O fundamentalismo religioso que vigorou no país ao longo do século XVI e XVII encontra seu apogeu e início de declínio na condenação, no ano de 1696, do estudante Thomas Aikenhead.

Segundo constam os registros da época, o estudante da universidade de Edimburgo foi denunciado por seus colegas à Kirk, e condenado ao enforcamento por conta de suas ideias pouco ortodoxas em relação ao cristianismo. Este caso, que marca o final das condenações desse tipo por parte da igreja nacional da Escócia, tornou-se emblemático, também, pela tentativa de intervenção de John Locke¹ em favor do jovem estudante.

Para além da condenação de Aikenhead, o ano de 1696 é fundamental à compreensão da história moderna da Escócia e, portanto, liga-se à constituição do iluminismo escocês, na medida em que é nele que o parlamento escocês aprova o “Act for setting schools” que, apesar

¹ Ver “Carta sobre a tolerância” publicado por John Locke no ano de 1689

de apresentar, de início, caráter absolutamente ligado aos interesses da igreja protestante no país, acaba por abrir espaço, por meio da expansão massiva da educação gratuita e das livrarias, à secularização do conhecimento.

Em termos políticos, é possível afirmar que o século XVII na Escócia assistiu a uma crescente aproximação com a coroa Inglesa, solucionando as seculares disputas pelo poder que caracterizam os séculos anteriores.

A forma pela qual decidiram-se os rumos das disputas entre os dois reinos foi a assinatura, no ano de 1707, dos chamados “Atos de União” que, promulgados pelo Parlamento da Escócia e pelo Parlamento da Inglaterra, unificaram os reinos em um Estado unitário.

No contexto do surgimento do iluminismo escocês, isto é, o início do século XVIII, o poder na Escócia, para além das instituições formais como a Igreja ou o Estado, era exercido por meio da patronagem, isto é: o apoio moral ou financeiro fornecido por indivíduos poderosos ou pelas organizações destes.

Estes indivíduos e organizações, cujo papel é fundamental para o surgimento do referido movimento filosófico, buscavam conceder às elites locais escocesas mais poder, prestígio e independência, do que a Igreja Nacional e mesmo o Estado Unitário criado pelos atos da união, gostariam de ver.

Como informa Roger Emerson:

Patrons were in few numbers because Scotland was governed by a very small class of landowners and merchants - perhaps 1.300 in 1700 and no more than double that number in 1800. This meant that when changes were perceived as good by those groups, they could come rapidly (Emerson, Roger em Broadie, Alexander, Editor, 2010, p. 15)

Assim, nos mais variados sentidos, a sorte dos acontecimentos na Escócia era determinada pelo interesse deste restrito grupo de homens que, como pode-se verificar pela descrição de Emerson, ocupavam-se de atividades bastante próximas à burguesia, como, por exemplo, o comércio.

Neste sentido, portanto, o comportamento do terceiro duque de Argyll, colocando importantes pensadores do iluminismo escocês nas mais diversas instituições escocesas não é mera coincidência ou fruto de inclinações individuais, isto é: se é verdade que esta nova elite local escocesa é representativa da era da burguesia que estava por vir, não é menos plausível afirmar que o iluminismo escocês forneceu um discurso filosófico e científico à nova ordem que buscava estabelecer-se.

Assim, as reformas educacionais de fins do século XVII, como os “Acts for setting schools” - que formou os iluministas- e as “university reforms” - fornecendo o local de atuação destes pensadores - ao reconhecer a necessidade de uma educação profissional e menos ligada a interesses religiosos - se bem que estes ainda atuassem com enorme força para os padrões atuais -, e receber apoio da elite local, forneceram o substrato básico à circulação de novas ideias em solo escocês.

As universidades na Escócia do final do século XVII e início do XVIII acompanharam o movimento geral da educação. Dentre estas três se destacam, a saber: A universidade de Edimburgo, fundada no ano de 1583, a universidade de Glasgow, cuja fundação remonta à uma bula papal do ano de 1451, e a universidade de Aberdeen, fundada entre os anos de 1494 e 1495.

Sobre os efeitos das reformas educacionais do século XVII, Roger Emerson afirma: “These changes recognised a need for professional education but also paid some attention to polite subjects. They had the further effect of making the universities less seminary-like in nature and more open to new ideas” (Emerson, Roger em Broadie, Alexander, Editor, 2010, p. 19)

Em relação às “novas ideias”, o mesmo autor acrescenta: “Newtonianism came in the wake of mathematicians and doctors, while the study of man and society derived from the moralists and lawyers” (Emerson, Roger em Broadie, Alexander, Editor, 2010, p.19).

Os clubes intelectuais, para além das universidades, contribuíram para a circulação e formação destas novas ideias. Seu principal palco foi a cidade de Edimburgo que, para além de sediar outras instituições tipicamente burguesas, como por exemplo o *Royal Bank of Scotland* e o *board of trustees for Arts, Fisheries and Manufactures*, era palco de sociedades como a *Edinburgh medical Society* e a *Philosophical Society of Edinburgh* que viraria *Royal Society of Edinburgh* no ano de 1783.

Portanto, em relação à capital escocesa é possível afirmar: “The city was bustled as the most active centre of Enlightenment in Scotland. What Edinburgh had was wanted elsewhere and was largely created, in some form, by the 1760s” (Emerson, Roger em Broadie, Alexander, Editor, 2010, p.20).

Por sua vez, a cidade de Aberdeen que, no início do século XVIII era apenas uma cidade portuária de aproximadamente dez mil habitantes, transformou-se com o advento do iluminismo, e mais do que dobra sua população ao final do século, contando, então, com vinte e sete mil habitantes.

Em relação às universidades da cidade estas eram, apesar de pequenas, relevantes, de modo que a *King's College* e o *Marischal College* - que atualmente estão unificadas sob o nome de Universidade de Aberdeen-, em conjunto com as igrejas da cidade e sua comunidade médica, forneciam boa parte dos “iluminados escoceses” de fora de Edimburgo.

Este quadro viria a consolidar-se com a fundação, no ano de 1758, do *Aberdeen 'wise club'* ou *Philosophical Society*, cujas discussões centravam-se em tópicos de ordem epistemológica e moral, dialogando com especial atenção com textos de David Hume bem como de diversos pensadores ingleses e do continente europeu.

É notável, ao analisar o perfil dos integrantes desse clube, sua ligação simultânea com assuntos de elevado grau de abstração e contingências práticas de sua cidade. As contribuições do filósofo natural Patrick Copland e do matemático Robert Hamilton à contabilidade atuarial das primeiras companhias de seguro da cidade é exemplo disso.

Glasgow, por sua vez, contava com doze mil habitantes na entrada do século XVIII. Ao final deste multiplicara por mais de seis vezes o montante de residentes, totalizando aproximadamente oitenta mil habitantes.

Sobre o crescimento da cidade, Roger Emerson pontua:

This growth was attributable to the increase of trade and the industrial developments which occurred as the shippers tried to find cargoes to send out in ships which would bring back sugar, tobacco, cotton and other goods which were processed in the city (Emerson, Roger em Broadie, Alexander, Editor, 2010, p.23)

Era, basicamente, uma cidade de comércio e processamento dos bens vindos do mundo colonial. Estes mercadores e processadores não eram, no entanto, ligados diretamente aos “iluminados da universidade”, de tal modo que, em Glasgow - de modo distinto do que se passava em Aberdeen-, criaram-se duas vertentes do iluminismo, uma ligada à universidade e temas mais abstratos, e a outra ligada aos bens que atracavam nos portos.

Estes grupos, longe de conflituosos, devem ser considerados de maneira separada apenas na medida em que se especializaram em temáticas diversas.

Os “iluminados” da universidade podem ser comparados àqueles de Edimburgo, e seu trabalho é exemplificado pela *Glasgow Literary Society*, fundada no ano de 1752. Seus debates giravam em torno de questões diversas, como a linguagem, as faculdades mentais, política e História.

Fora destes três grandes centros havia iluminismo, no entanto, em pequena escala. À altura que a filosofia das luzes iluminava as cidades de Glasgow, Aberdeen e Edimburgo, apenas alguns poucos intelectuais da *St. Andrews University* ou da cidade de Perth faziam eco.

Assim, o fenômeno do iluminismo escocês, em termos de caracterização geral, pode ser descrito como um movimento urbano, altamente concentrado, e quase que inteiramente masculino. As mulheres iluministas apareciam raramente, e quando o faziam era por meio da elaboração de pinturas, poemas e canções.

É, no entanto, do seio deste movimento, altamente particularizado, como se viu, que surgem contribuições que viriam a moldar diversos campos de conhecimento da ciência e filosofia modernas. O caso de Adam Smith é talvez um dos mais grandiosos, entretanto, de certo não é o único. Cabe, portanto, analisar as contribuições escocesas no interior de importantes áreas tocadas pelo discurso de Smith.

A jornada rumo ao interior das contribuições realizadas pelos intelectuais do iluminismo escocês se inicia por suas conjecturas acerca da mente e natureza humana. A escolha deste ponto de partida para a investigação se justifica na medida em que a teoria do sujeito pode ser tomada, no interior das ciências humanas, como o pontapé inicial para elaborações posteriores.

Isso é deixado claro na presente monografia logo em sua introdução, na qual argumenta-se, mesmo que de maneira breve, que a teoria econômica de Smith deve ser compreendida filosoficamente, isto é, do ponto de vista de seus compromissos com premissas filosóficas, na medida em que o sujeito que a molda é, aí, constituído.

Para compreender as teorizações escocesas na área da mente humana, é necessário ressaltar que os filósofos dedicados a esta área do saber viam-se, não menos que os físicos ou químicos, como cientistas naturais, ou melhor dizendo, como “filósofos naturais”.

Esta área do conhecimento era, nas universidades de Glasgow, Aberdeen e Edimburgo, estudada por meio das matérias de “pneumatologia”, Disciplina do saber que havia, durante séculos, sido reservada aos teólogos que buscavam estudar a natureza dos espíritos, sejam eles divinos, angelicais ou humanos.

Com as mudanças de rumo trazidas pelo século XVIII, a pneumatologia passa gradualmente a deixar os estudos divinos e angelicais de lado, direcionando seus esforços ao estudo filosófico da mente humana.

No processo de mudança de foco desta área do saber é ilustrativo o trabalho de George Turnbull, professor no *Marischal College* de Aberdeen. Em “*The principles of Moral and Christian Philosophy*” o autor justifica o estudo científico da mente humana da seguinte maneira: se é verdade que as leis da natureza existem por vontade divina e que a investigação científica é capaz de descobrir os propósitos de Deus, então, a mente humana - criação divina - deve ter sua finalidade encontrada por meio do estudo científico da filosofia natural.

Sobre a obra de Turnbull são necessárias, ainda, duas considerações:

1) o autor justificava seus trabalhos por meio de uma fórmula que colocava a seguinte situação: quanto melhor a ciência, maiores suas capacidades de servir aos fins da teologia. O que se sustenta, na argumentação do autor, tendo em vista que a finalidade deste estudo não é outra senão fornecer uma verdadeira luz, para a mente da criatura, acerca da lógica do Criador.

2) O projeto de estudo da mente humana proposto é coerente com as ciências empíricas, o que não quer dizer, no entanto, que seja privado do estudo histórico. Suas ligações com a “história natural” - a fim de aprimorar os conhecimentos acerca do desenvolvimento da mente humana - são realçadas ao longo de todo o período do iluminismo escocês.

Na versão da pneumatologia mais inclinada ao estudo da mente do homem, os estudos que mais se destacam, no entanto, não são os de Turnbull, mas sim o de outro filósofo, a saber, David Hume, talvez o mais relevante dos iluministas escoceses.

No que diz respeito à mente humana, Hume, que frequentemente afirmava buscar realizar, nas ciências morais, aquilo que Newton havia feito no domínio da Física, valia-se de princípios newtonianos para estruturar sua teoria.

Hume afirmava ser impossível formar noções relativas aos poderes e qualidades da mente senão a partir da condução de experimentos e, assim, da observação dos efeitos resultantes de diferentes circunstâncias e situações. Com “experimentos”, Hume não faz referência a algo semelhante àquilo que, atualmente, se pratica nos laboratórios modernos pelos psicólogos cognitivistas, mas sim a observações.

Os estudos históricos - situados, para Hume, no interior do domínio da história natural- ocupam, também, lugar de destaque, na medida em que são capazes de fornecer observações de épocas, pessoas e lugares diferentes, melhorando a qualidade do material com o qual se é possível trabalhar.

As relações de Hume e Newton no que concerne aos estudos sobre a mente humana, ficam mais claras na medida em que se avalia sua teoria das ideias. Nesta, o autor de “História da Inglaterra” argumenta que todas as percepções da mente humana podem ser divididas em dois grupos, a saber, as impressões e as ideias.

As impressões são percepções acrescidas de uma maior vivacidade, e incluem todas as sensações, paixões e emoções quando ingressam em nossa alma. As ideias, por sua vez, dizem respeito aos pensamentos e à razão.

As ideias, sejam elas simples ou complexas - isto é, compostas por diversas ideias relacionadas - formam o conteúdo da memória e da imaginação. Memória e imaginação, por sua vez, podem ser distinguidas em termos de vivacidade e força, isto é, as ideias da memória são mais fortes e vivas do que as da imaginação, visto que guardam relação mais direta com as impressões.

As relações com Newton ficam patentes, para além de presentes em questões metodológicas mais gerais, quando Hume equivale as ideias simples às partículas newtonianas, visto que, tanto as partículas quanto as ideias atraem-se umas às outras. É traçada, portanto, uma analogia direta entre a mente humana e a lei da gravitação universal.

A pneumatologia escocesa no século XVIII não pode ser, no entanto, reduzida às contribuições de Hume e Turnbull, mesmo que estes tenham feito as mais originais e influentes teorizações acerca do tema. Autores como Thomas Reid e Dugald Stewart realizaram contribuições de relevo.

Entretanto, como a finalidade desta seção é a apresentação do iluminismo escocês, em geral, a fim de compreender os compromissos filosóficos de Adam Smith, não cabe a análise detalhada das ideias dos referidos autores.

Para transitar dos estudos da mente humana tal qual Turnbull e Hume o fizeram, às contribuições escocesas na área dos estudos relativos à “Natureza Humana” é necessário, de antemão, uma consideração introdutória.

As análises da natureza humana empreendidas por autores como David Hume, Adam Ferguson e Adam Smith ao longo do século XVIII, não são as únicas no período em questão. Isto é, enquanto o “Tratado da Natureza Humana” de Hume é publicado nos anos de 1739, primeiro livro, e 1740, segundo livro, oito anos depois, em 1748, Montesquieu viria a publicar “Do espírito das Leis” e, sete anos depois, em 1755, Rousseau publicaria seu “Discurso sobre a origem e fundamento da desigualdade entre os homens”.

Entretanto, apesar de não serem isoladas, ou inéditas, as contribuições vindas do triângulo Aberdeen-Glasgow-Edimburgo não deixam de apresentar ingredientes únicos e bastante particulares.

Tendo isso em vista, é possível afirmar que as contribuições escocesas mais originais no interior das teorias acerca da natureza Humana são fornecidas pelas reflexões de dois autores em particular, David Hume e Francis Hutcheson.

Apesar das divergências em suas construções teóricas, ambos autores partilhavam de influências intelectuais semelhantes, dentre as quais destacam-se os trabalhos de filósofos como

Montesquieu e Rousseau, de estudiosos dos direitos naturais como Barbeyrac e Pufendorf e mesmo de historiadores especulativos como Lafitau e Charlevoix. Dois intelectuais britânicos eram, no entanto, centrais, Bernard Mandeville e Lord Shaftesbury.

Entretanto, enquanto Hutcheson partia de um “Estoicismo Cristianizado”, de acordo com Garret, no qual as estruturas naturais humanas teriam sido criadas justamente para harmonizar umas com as outras por meio de instituições sociais que, por sua vez, tinham como objetivo maximizar a felicidade humana, Hume parte da combinação de um “Naturalismo Epicurista” com o Ceticismo, de modo que as instituições, os costumes e a moral são criações humanas.

Apesar das dissonâncias, Hume e Hutcheson concordavam no que diz respeito aos fundamentos das paixões e sentimentos humanos, que, de acordo com os autores, deveriam ser procurados na história, tanto natural quanto social, das manifestações humanas.

Para encerrar a consideração sobre a teoria da natureza humana no iluminismo escocês é interessante analisar a discussão entre raça e moral, tal qual formulada pelos pensadores escoceses em questão.

O termo ‘Raça’, no século XVIII, era utilizado para discutir as variações culturais, tendo em vista diferenças climáticas, entre as populações. As contribuições - se é que assim podem ser chamadas - do conde de Buffon, que sistematizaram a teoria racial e a desprenderam de sua relação direta para com o clima apenas vieram a público no final do século XVIII, de modo que o “paradigma” de quase todo este século era, ainda, a teoria “climático-racial”.

Os pensadores escoceses, em especial David Hume, Adam Smith e John Millar, opunham-se à explicação físico-climática das diferenças entre os Homens, argumentando em favor de causas morais, isto é, para os iluminados escoceses tais diferenças encontravam sua causa na moral e nas instituições – que, por sua vez, são resultado da ação humana – e eram transmitidas por meio das paixões.

Esta posição dos pensadores escoceses, apesar de minoritária até pelo menos os estudos de Franz Boas nos Estados Unidos sobre a Antropologia Cultural, deve ser ressaltada por aquilo que, em certo sentido, se pode denominar de sua “atualidade”.

Em conclusão, é possível argumentar que a combinação entre a análise empírica das paixões humanas e a história conjectural, para além de formar as teorias sobre a natureza humana realizadas na Escócia do século XVIII, distinguiram-na das demais elaborações que lhe foram contemporâneas, de tal modo que é possível falar nas características específicas da Teoria da Natureza Humana do Iluminismo Escocês.

Tendo analisado, mesmo que de maneira breve, tanto o contexto quanto as teorias sobre a natureza humana produzidas pelos “iluminados” escoceses, outra temática abordada por estes intelectuais chama a atenção.

Os debates sobre o senso moral e os fundamentos da moral são de grande relevância no interior do movimento “das luzes” em geral. No caso escocês, em particular, estes temas encontram centralidade ímpar.

Nestes debates, teóricos como Francis Hutcheson, David Hume e - o mais relevante do ponto de vista do presente trabalho - Adam Smith, produziram sistematizações de relevo que, ao mesmo tempo, partilham de alguns pressupostos e diferenciam-se, mantendo-se em constante diálogo entre si.

Sobre a contribuição de Smith é necessária uma breve nota: A teoria moral, tal qual elaborada pelo “fundador” da economia política na modernidade será abordada de forma bastante abreviada na presente seção, visto que boa parte da seção “Entre o espectador imparcial e a mão invisível” é dedicada à compreensão da obra “Teoria dos Sentimentos Morais”, na qual está presente a sistematização do autor a respeito desta temática.

Assim, neste momento, o que se busca é a introdução das linhas gerais dos sistemas de pensamento sobre a moral de Hutcheson, Hume, compreender suas consonâncias e dissonâncias e, por fim, abordar, de maneira breve, algumas características do sistema de Smith. Francis Hutcheson, como nos informa Luigi Turco, professor de filosofia da Universidade de Bolonha, foi o primeiro filósofo escocês a esboçar um sistema original a fim de compreender a questão dos fundamentos da moral.

Sua estratégia era construir uma doutrina unitária que se baseasse tanto nos ensinamentos do Lord Shaftesbury acerca da relação entre a afeição natural e a moralidade, quanto na epistemologia desenvolvida por John Locke.

Opondo-se à teoria Hobbesiana, na qual a natureza humana é basicamente, e fundamentalmente, individualista e antissocial, Hutcheson apoiava-se no argumento de Shaftesbury, que supunha a criação divina do Homem como dotada de numerosas formas de afeto, de modo que naturalmente os humanos dispor-se-iam a viver juntos.

Em relação à epistemologia empirista de John Locke, Hutcheson se apropria de sua teoria das ideias, a qual afirma a inexistência de “ideias inatas” nos seres humanos, de tal modo que estas, sejam simples ou complexas, derivam das coisas e ações da experiência.

A síntese destas duas influências pode ser notada em *Inquiry into the original of our ideas of Beauty and Virtue*, livro publicado por Hutcheson no ano de 1725. Neste escrito, o

autor acrescenta à teoria de Locke novos “sentos”, também capazes de produzir as ideias simples, base de todas as demais, como o senso de beleza e o senso moral.

Sobre o senso moral neste autor em questão, Luigi Turco afirma: “Moral sense is a kind of sense because, like external senses, it is independent of our will, is common to mankind and, above all, it is immediate, that is to say, its deliverances are not conclusions mediated by premises” (Turco, Luigi em Broadie, Alexander, Editor, 2010, p. 138)

O sistema moral elaborado por David Hume, por sua vez, mostra-se de forma clara em seu “Tratado da natureza humana”, em especial no terceiro livro da obra. Este, intitulado “Da moral”, como o próprio Hume afirma “embora seja um terceiro volume do Tratado da natureza humana, ele é de certo modo independente dos outros dois, e não requer que o leitor considere os raciocínios abstratos neles contidos” (Hume, 2000, p.493).

Na mesma nota de advertência da qual foi extraída a citação anterior, Hume diferencia as impressões das ideias, distinção fundamental à sua teoria dos sentimentos morais. “por impressões, refiro-me às nossas percepções mais fortes, tais como nossas sensações, afetos e sentimentos; e por ideias, às percepções mais fracas, ou cópias daquelas na memória e na imaginação” (Hume, 2000, p.493).

Para o autor em questão as ideias, como visto na subseção dedicada à compreensão das teorias sobre a natureza e mente humanas produzidas pelos escoceses no século XVIII, tendem a se associar na imaginação, seguindo os princípios da semelhança e contiguidade em termos de espaço, tempo e causalidade.

Já as impressões, por sua vez, aglutinam-se de acordo com um princípio único, qual seja: serem, ou não, prazerosas ou, ao contrário, serem ou não, dolorosas.

Quando estas ideias e impressões deixam de referir-se somente a nós mesmos ou a objetos, entra em ação o papel da simpatia. Este mecanismo é, no esquema de Hume, responsável pela capacidade de desenvolvermos paixões que acreditamos serem aquelas que outras pessoas - as quais estamos observando -, estão vivenciando em determinado momento.

Portanto, as paixões são capazes de conduzir nossas ações por meio de mecanismos regulares. Aqui é fundamental observar que, para o autor do “Tratado da natureza humana”, o confronto entre razão e paixão nada mais é que uma disputa entre paixões calmas e violentas, de modo que, mesmo quando estamos agindo de maneira absolutamente racional estamos, ainda, dirigidos pelas paixões, sentimentos fundamentais, portanto, da conduta humana. Neste sentido, as distinções morais, como tudo aquilo que é racional, dependem apenas dos

sentimentos. Estes sentimentos que guiam a moral emergem da observação do outro, isto é, são baseados nos sentimentos de aprovação ou desaprovação do observador.

Por meio da junção do princípio do observador com o princípio da simpatia, Hume argumenta em favor da imparcialidade do observador, visto que este é capaz de considerar a utilidade e o prazer fornecidos pelas virtudes tanto à pessoa que as dispõe quanto àquelas que por estes são afetadas.

Em relação ao sistema de Hume cabe analisar, ainda, sua posição em relação a dois autores fundamentais, a saber: Hutcheson e Mandeville, tendo em vista que primeiros esboços da teoria moral do autor de “Tratado da Natureza Humana” são realizados por meio da revisão crítica das visões destes teóricos.

Hume avalia que, apesar de advindos de tradições teóricas distintas, o neoplatonismo cristão britânico e a tradição moral francesa respectivamente, ambos têm um problema semelhante:

On Hume’s view the two have the same underlying problem: if Mandeville’s ‘pride’ (or ‘self-liking’) or Hutcheson’s universal benevolence were instincts or the first principles of conduct, one’s own self would be the cause of both passions. But the self (or the other’s self) is not the cause, it is the object of pride and love, and since they have their opposites, humility and hatred, the cause must lie in some pleasant or unpleasant quality of the object that arouses them (Turco, Luigi em Broadie, Alexander, Editor, 2010, p. 142)

O sistema moral de Smith, por sua vez, é bastante próximo daquele formulado por Hume, em especial no que diz respeito a seu princípio fundamental, qual seja, a simpatia.

Entretanto, apesar da proximidade com as doutrinas humeanas, Smith diferencia sua teoria na leitura e interpretação dos textos produzidos na antiguidade clássica. Em relação a estes, enquanto Hume tem predileção pela doutrina de Epicuro, o autor d’A riqueza das nações” aproxima-se dos textos estoicos e ciceronianos, em especial aqueles voltados à ética.

Apesar da noção de simpatia presente na obra de Smith ser basicamente retirada dos textos de Hume, há uma divergência fundamental entre os autores.

Enquanto para o autor de “História da Inglaterra” a imaginação, no que diz respeito à questão do observador, significa a possibilidade de partilha dos prazeres e vantagens do agente ou daquele que recebe a ação, para o autor d’A riqueza das nações”, o observador, por meio da imaginação, apenas é capaz de sentir, em uma menor intensidade, as paixões do agente ou

daquele que recebe a ação, de modo que é necessária uma comparação com as paixões que realmente foram sentidas.

A fim de encerrar a seção dedicada ao estudo do contexto que possibilitou o surgimento do movimento iluminista em solo Escocês, bem como das principais contribuições deste movimento intelectual no que diz respeito à obra de Adam Smith - que, sem dúvida, é mais um “iluminado” -, será realizada uma breve análise das contribuições de David Hume no campo da teoria econômica.

Antes de entrar na teoria de Hume propriamente dita, cabe citar outros escoceses, contemporâneos de Smith, que dedicaram parte de sua obra a considerações relativas ao mundo econômico. Dentre esses destacam-se Lord Kames e sua teoria acerca da taxação, Francis Hutchinson e Sir James Stuart - em especial no que diz respeito a temas de política econômica como população, agricultura, comércio e moeda.

Retornando a Hume, é necessário retornar a alguns de seus princípios filosóficos mais básicos para compreendê-la. Para o autor em questão, todas as ciências se relacionam de algum modo à natureza humana, a economia, assim, não deve escapar a esta regra.

A natureza humana, por sua vez, apenas é passível de estudo por meios empíricos que revelam os princípios constantes que a regem. Entre estes princípios constantes da natureza humana, Hume inclui o desejo pelo ganho, ou, a avareza que, por sua vez, é a chave que abre a possibilidade de se estudar algo de constante e generalizável no que diz respeito ao estudo da economia.

Em seus ensaios voltados à economia, o autor considera a população, por exemplo, como limitada, em última instância, por motivos políticos e pela organização econômica prevalecente, para além dos fatores naturais que incidem sobre a oferta de alimento - aqui cabe relembrar a influência das questões geográficas da Escócia para seus “iluminados”.

Entre os “ensaios econômicos” de David Hume três se destacam, a saber: “Of Money”, “Of Interest” e “Of Commerce”.

Sobre estes escritos, cabe dar a voz a Andrew S. Skinner:

Hume's treatment of the performance of the modern economy, especially in the context of the essays 'Of Money' and 'Of Interest', implies an increase in productivity which may give the developed economy an advantage in terms of the price of manufactures. He also recognised that an inflow of gold in the context of a growing economy do not need to generate adverse price effects (Skinner, Andrew S. em Broadie, Alexander, Editor, 2010, p. 184)

Em seu ensaio acerca do dinheiro autores como Fernando J. Cardim Carvalho, Francisco Eduardo Pires de Souza, João Sicsú, Luiz Fernando Rodrigues de Paula e Rogério Studart

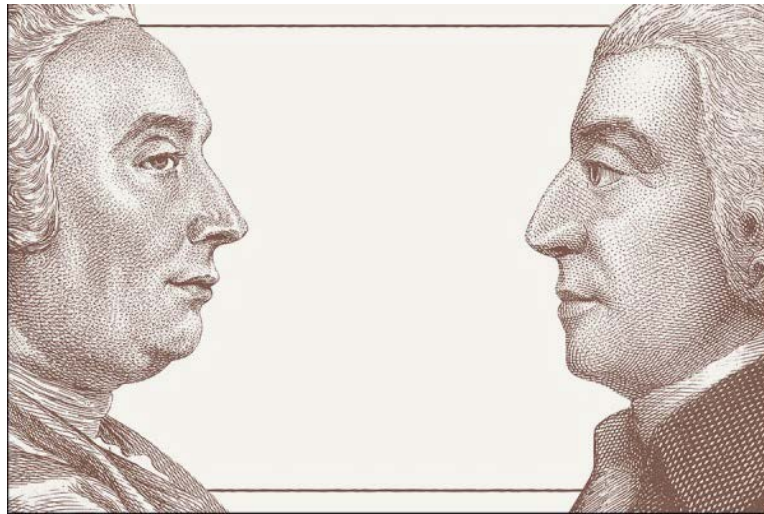
ressaltam que Hume foi um dos primeiros autores a “analisar a relação entre as variáveis monetárias e as variáveis reais na economia” (Carvalho, Souza, Sicsú, Rodrigues de Paula, Studart, 2007, p.29) de modo a estabelecer, nas passagens deste ensaio, uma versão primitiva daquilo que ficaria conhecido como a teoria quantitativa da moeda.

Visto o contexto que alicerçou e mesmo moldou este movimento de ideias aglutinado sobre o nome “Iluminismo escocês”, bem como as principais considerações de seus mais relevantes teóricos sobre temas que vão desde a natureza e mente humana à teoria econômica, passando pelos fundamentos da moral, é hora de compreender a relação de Adam Smith com considerações filosóficas mais amplas.

Portanto, a próxima seção dedica-se à inserção da obra deste “iluminado” escocês no contexto da filosofia moderna, em particular, e das questões que moldaram a modernidade, em geral. Busca-se, desta maneira, compreender os compromissos que tornaram possível a formulação de sua teoria sobre os sentimentos morais e sobre o mundo econômico.

Um Escocês na Modernidade

[Figura 2: David Hume e Adam Smith]



Fonte: Universidade de Windsor, 2018

“Prezado Smith,

agradeço-te pelas cópias que me enviaste de tua Teoria; Wedderburn e eu as enviamos como presentes a conhecidos que consideramos bons juízes, próprios para espalhar a reputação do livro” (Pimenta, Pedro Paulo, trad., 2001 p.84)

Falar em modernidade implica trazer à tona um debate sobre os limites daquilo que é referido. Se no cotidiano podemos utilizar a expressão “moderno” como sinônimo de “mais recente”, o mesmo não se passa quando transitamos para o interior da História e da filosofia.

Na História, a posição mais amplamente divulgada afirma a idade moderna como um período na História do ocidente que se inicia no final do século XV, encerrada a idade média com a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos no ano de 1453, e que encontra seu ocaso no final do século XVIII, cedendo espaço à Idade contemporânea que floresce a partir da queda da Bastilha.

Portanto, no que concerne ao domínio histórico, a modernidade implica, para além de um recorte temporal específico, uma certa geografia, isto é, trata-se de uma periodização realizada tendo em vista os acontecimentos do ocidente justamente quando os rumos de sua história passam a confundir-se - por meio da expansão ultramarina e da colonização da maior parte do globo terrestre - com a história global.

A filosofia, por sua vez, vem acrescentar novas tonalidades à compreensão daquilo que consiste o período moderno. Do ponto de vista da “coruja de Minerva”, tal período não é apenas um recorte temporal específico limitado por determinados processos históricos, mas pode ser representado, também, a partir de sua maneira específica de abordar a questão do conhecimento.

Nesse sentido, falar em modernidade é falar da ruptura para com a tradição aristotélico-tomista que vigorava na idade média, e da afirmação de dois projetos conflitantes, a saber: de um lado o racionalismo, representado pela filosofia de René Descartes, e de outro o empirismo, representado por filósofos como Francis Bacon, John Locke e David Hume.

O ocaso desta maneira específica de abordar o conhecimento é marcado, por sua vez, pela “Fenomenologia do Espírito”, obra madura do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel.

Por fim, há uma outra lente para se abordar a modernidade de particular importância para o presente trabalho, qual seja: a maneira econômica de formular o problema. Sobre esta, cabem duas considerações de ordens distintas, uma que visa abordar o pensamento econômico, e outra voltada à questão dos modos de produção.

No que diz respeito aos modos de produção, categoria de análise formulada pelo filósofo e economista alemão Karl Marx, é possível afirmar que a modernidade histórica é identificada enquanto período de transição entre o modo de produção feudal e o modo de produção capitalista.

Enquanto o modo de produção feudal era caracterizado, fundamentalmente, pelo trabalho servil e pela propriedade senhorial da terra, o modo de produção capitalista é marcado pela propriedade burguesa dos modos de produção e pelo trabalho assalariado.

Já em relação à história do pensamento econômico, é possível distinguir, essencialmente, três períodos: Pré-moderno, Moderno e Contemporâneo.

O pensamento econômico pré-moderno ou antigo, marcado pelas contribuições de pensadores gregos, árabes e romanos, encontra na obra de Aristóteles talvez o seu maior expoente.

Em sua face moderna, esta área do pensamento mostra-se dividida entre duas correntes principais, o mercantilismo e a fisiocracia.

A obra de Adam Smith, que em termos do pensamento sobre a economia parte de uma voraz crítica a estas duas escolas que predominaram na modernidade é, portanto, a grande marca de ruptura para com a modernidade do pensamento econômico, abrindo as portas para seu período contemporâneo.

Assim, no que interessa ao presente trabalho, a obra de Adam Smith aparece, ao mesmo tempo, como resposta a questões filosóficas que apenas poderiam ser formuladas a partir da maneira moderna de conceber o ato do conhecer, situada, assim, na modernidade histórica e como transição fundamental rumo ao pensamento econômico contemporâneo.

Em termos da análise dos modos de produção, por sua vez, a obra do autor escocês poderia aparecer, grosso modo, já inserida no capitalismo. No entanto, refinando a análise, é possível perceber que esta aparece em um momento de transição do próprio modo de produção capitalista, qual seja: das formas de acumulação voltadas ao comércio àquelas voltadas à indústria.

Apesar de interessante, tais afirmações não encontram, no presente estado de argumentação, sustentação alguma. Cabe erguer bases para tanto.

Tendo em vista este objetivo, a presente seção encontra-se dividida em três momentos, quais sejam:

- I) que busca introduzir duas questões fundamentais da modernidade filosófica bem como os três planos teóricos que, de acordo com a análise de Angela Ganem, delas emerge
- II) que analisa as respostas fornecidas pelos filósofos modernos às questões abertas no interior da filosofia moral e política, buscando pontuar aquilo que Smith delas retira
- III) que analisa, já em tom de prelúdio para a próxima seção, a formulação e as respostas ao *“Das Adam Smith problem”*

(I) Questões modernas

“Recuperar a historiografia das ideias tem como objetivo sublinhar a questão filosófica e angustiantes dos modernos, entendendo sua radical abertura para o pensamento humano no quadro de ideias da modernidade” (Ganem, 2000, p.12-13)

Das questões formuladas pelos pensadores da modernidade duas destacam-se por sua centralidade no que diz respeito à compreensão do projeto que motivou estes muitos homens e algumas poucas mulheres: a questão das leis que regulam a ordem física e das leis que regulam a ordem social.

A aparição de ambos os questionamentos não é, de maneira alguma, fruto do acaso, mas sim resultado da negação da explicação divina para os fenômenos do mundo, seja ele natural ou social. Neste sentido, portanto, as respostas devem aparecer, necessariamente, enquanto explicações independentes da vontade divina, o que significa rompimento com aquelas teorias fornecidas pela teologia e pela filosofia pré-modernas.

Equivale a isto, afirmar que as formulações da modernidade, incluindo as perguntas acima sintetizadas, devem partir de outra lógica que não a da revelação - isto é, a lógica que predominava na tradição teológico-medieval -, na qual a verdade é revelada à criatura por meio do conhecimento das operações de seu Criador.

Destes dois questionamentos fundamentais, emergem três linhas de pesquisa teórica “tendo o homem como o sujeito do conhecimento, numa tentativa de dessacralização do saber” (Ganem, 2000, p. 13) a saber:

- 1) a linha científico-física
- 2) as questões da filosofia do conhecimento
- 3) as reflexões da filosofia moral e política.

Em relação à pesquisa científico-física, é possível identificar na revolução científica moderna o papel de ruptura exercido pelos trabalhos de Galileu Galilei, e o movimento de consolidação e sistematização deste rompimento exercido por Isaac Newton.

Neste domínio, o Homem empreendia contra uma construção da natureza que a confundia com a imagem divina. Para tanto, valeu-se do instrumental metódico da geometria para descrever a ordem física, em um processo de expulsão dos anjos do céu e reafirmação - porque primeiramente realizada pelo movimento da renascença- da centralidade humana no processo do saber.

Sobre a pesquisa científico-física do Homem moderno é interessante realçar a proximidade deste movimento com o iluminismo em sua versão escocesa.

A “expulsão dos anjos do céu” para que se colocasse o homem na posição central do saber pode ser verificada na disciplina de pneumatologia ofertada nas universidades de Glasgow, Aberdeen e Edimburgo.

E, por sua vez, a influência da teoria de Newton, como se buscou delinear na segunda seção, é notória sobre o projeto filosófico de David Hume, em geral, e, em particular, sobre sua teoria acerca das ideias.

Naquilo que diz respeito às questões da filosofia do conhecimento, fica evidente a clivagem da filosofia moderna que, de um lado, é representada pelo projeto do filósofo e cientista britânico Francis Bacon, e, do outro, pela filosofia de René Descartes

Apesar de ambos poderem reclamar, com alguma legitimidade, o título de “primeiro dos modernos”, seus projetos filosóficos distinguem fundamentalmente um do outro, em especial no que diz respeito às questões epistemológicas.

Bacon buscava, por meio de sua filosofia empirista, lançar as bases de uma ciência experimental e operativa, propondo a eliminação daquilo que em seu “Novo Orgánon” denominou falsas noções ou ídolos, por meio de tábuas de verificação da experiência sensorial.

Por outro lado, Descartes buscava, ao romper com a tradição aristotélico-tomista herdada da idade média, fundar uma nova filosofia capaz de basear-se na razão como fundamento de toda a realidade.

Neste sentido, cabe destacar a argumentação do autor no início de suas “Meditações”:

Há já algum tempo eu me apercebi de que, desde meus primeiros anos, recebera muitas falsas opiniões como verdadeiras, e de que aquilo que depois eu fundei em princípios tão mal assegurados não podia ser senão mui duvidoso e incerto; de modo que me era necessário tentar seriamente, uma vez em minha vida, desfazer-me de todas as opiniões a que até então dera crédito, e começar tudo novamente desde os fundamentos, se quisesse estabelecer algo de firme e de constante nas ciências. (Descartes, René, 2010, p.135)

O filósofo francês prossegue, demarcando sua distância para com o empirismo ou qualquer filosofia baseada nas percepções sensoriais: “Tudo o que recebi, até presentemente, como o mais verdadeiro e seguro, aprendi-o dos sentidos ou pelos sentidos: ora, experimentei algumas vezes que esses sentidos eram enganosos, e é de prudência nunca se fiar inteiramente em quem já nos enganou uma vez” (Descartes, René, 2010, p.136)

Nas vertentes teóricas até aqui analisadas, prevalece a relação do Homem, enquanto sujeito cognoscente, com objetos do mundo exterior, a serem conhecidos. O caso da filosofia moral e política é, no entanto, fundamentalmente distinto.

Neste domínio, o homem é, ao mesmo tempo, objeto e sujeito do conhecimento, visto que se trata, em última instância, da pesquisa teórica acerca dos fundamentos da ordem social.

A grande questão em termos da moral e da política modernas era explicar como, e por que, os homens, ao invés de destruírem uns aos outros, são capazes de estabelecer vínculos mais ou menos estáveis e duradouros entre si.

Neste sentido cabe compreender a posição de alguns autores fundamentais, seja para a filosofia moderna em geral ou para a obra de Adam Smith em particular.

(II) Respostas à questão da filosofia moral e política

A trajetória das respostas à questão dos fundamentos da sociedade civil na modernidade filosófica parte de formulações pré-modernas que, no entanto, já buscam a ruptura com a explicação divina da ordem social, avança rumo às teorias contratualistas e encontra forma mais bem acabada na ideia de que esta ordem se encontra alicerçada no indivíduo e em suas paixões.

Assim, é possível colocar Maquiavel como o “tipo ideal” de pensador pré-moderno sobre a moral e política. Ainda não moderno pois tem sua teoria baseada na ideia de um príncipe

enquanto soberano, mas nada medieval, visto que questiona frontalmente a ideia de que a explicação para a sociedade reside na razão divina.

A teoria política deste pensador renascentista é uma tentativa de aconselhar o príncipe em sua árdua tarefa de governar a sociedade. Seu caráter revolucionário, que o permite romper com a explicação divina da ordem social, reside no argumento que defende a sorte ou os destinos do povo enquanto resultado das escolhas deste.

Estas escolhas, por sua vez, seriam pautadas por duas noções fundamentais: a de interesse e a de *ragione di stato*, que é uma racionalidade - fundamental ao governante, como argumentaria Maquiavel - basicamente remetida à sobrevivência e segurança do Estado.

Entretanto: “Maquiavel, ao permanecer no plano da arte de governar, em que o interesse do príncipe aparece confundido com o interesse nacional, foi fiel ao tempo em que viveu, refletindo nas suas inquietações o momento de formação dos Estados Nacionais” (Ganem, 2000, p.14)

Tal limitação é, por sua vez, reconhecida pelo próprio autor, não como tal, é claro, mas sim como um aspecto fundamental de sua empreitada argumentativa. Acerca desta consideração, basta relembrar a posição do filósofo em seu escrito saudando o jovem Lorenzo de Médici, o magnífico: “Se vossa magnificência a ler e considerar diligentemente, nesta obra reconhecerá meu intenso desejo de que alcance a grandeza que a fortuna e suas outras qualidades lhe prometem” (Maquiável, 2010, p.4)

O verdadeiro passo rumo à modernidade é dado, no entanto, a partir das considerações do pensador inglês Thomas Hobbes. O argumento do autor de “Leviatã” é construído a partir de uma noção que é estranha ao pensamento de Maquiavel, a ideia de “estado de natureza”.

Este distinto antecessor da sociedade civil é, na teoria hobbesiana, elemento fundamental para a compreensão dos fundamentos da sociedade, visto que não é a partir de outro princípio que não a negação de suas contingências por meio do contrato social que a sociedade é capaz de emergir.

A ordem, portanto, não mais é tarefa de um príncipe soberano que, visando a proteção de seu estado, busca-a incessantemente, mas sim fruto de um contrato entre os viventes do estado de natureza.

Neste estado, o homem encontra-se bruto, isto é, ignorante, solitário e movido por paixões destrutivas. A paixão mais forte deste homem, argumenta o autor, é necessariamente o amor à vida, de tal modo que, no limite de sua brutalidade, leia-se, no limite da destruição, no

conflito entre vida e morte, esta paixão é responsável pela possibilidade de emergência da ordem.

O pacto entre os Homens visa, fundamentalmente, sua segurança, de modo que, por meio dele, é formado um algo a mais, isto é, por meio da união contratual dos corpos individuais surge não uma soma destes, mas o Estado.

Na esteira dos pensadores inseridos na tradição do pensamento liberal moderno, poucos se mostram tão relevantes quanto John Locke. Partilhando do contratualismo de Hobbes - formulado à sua maneira, é verdade -, o filósofo inglês realizou uma construção teórica indispensável, seja no que diz respeito ao pensamento político moderno ou ao pensamento de Adam Smith.

Antes de compreender a filosofia política do autor em questão, é interessante compreender sua posição em relação à questão da filosofia do conhecimento tal qual esta se apresentou aos modernos.

Se Bacon pode ser considerado o fundador do empirismo, Locke deve aparecer em sequência, talvez até com maior destaque, visto que foi capaz de defender e estruturar a posição empirista de maneira ímpar.

Esta posição aparece no pensamento do autor de “Uma carta sobre a tolerância” a partir da crítica que direciona à teoria platônica das ideias e seus derivados. Enquanto Platão defendia que as ideias seriam inatas à mente humana, Locke sustentava que estas seriam apreendidas por meio da experiência, de tal modo que a mente aparece como algo análogo a “uma folha em branco”.

Se a obra “epistemológica” de Locke pode ser encontrada em seu “Ensaio sobre o entendimento humano”, sua teoria voltada aos fundamentos da sociedade deve ser buscada, em especial, na obra “Dois tratados sobre o governo civil”.

Nesta obra é desenvolvida a Doutrina da Propriedade de Locke, “construção teórica indispensável para o ideário smithiano, já que fornece o ponto de partida jurídico-institucional, pré-condição pelo direito para que Adam Smith pudesse pensar a possibilidade de emergência da ordem na sociedade liberal” (Ganem, 2000, p.15)

A argumentação do autor, de acordo com os princípios contratualistas, parte da descrição de um estado de natureza que, por sua vez, deve anteceder a sociedade. Nesta formulação, são evidenciadas a propriedade e a herança enquanto direitos naturais do homem, bem como o direito à vida e a liberdade.

No estado de natureza de Locke o homem, no exercício de seus direitos individuais, deveria conduzir à felicidade e conservação de todos os demais, de tal modo que os homens, ao contrário do que argumenta Hobbes, não firmam contrato tendo em vista a sobrevivência, mas sim a proteção dos bens adquiridos naturalmente.

Desta maneira, o autor afasta-se tanto da concepção hobbesiana do estado de natureza - qual seja, de guerra de todos contra todos -, quanto da concepção de Rousseau - marcado por seu caráter profundamente idílico e até mesmo nostálgico.

Adam Smith, que leu atentamente os trabalhos do discípulo do lorde Shaftesbury, tomou deles, essencialmente, a garantia natural dos direitos de propriedade e consequente harmonização dos interesses individuais por meios destes. Isto é, tanto para Smith quanto para Locke o fundamento da sociedade reside no caráter central e acordante da propriedade.

Outro pensador central à compreensão da obra de Adam Smith é, sem dúvidas, Bernard Mandeville que, em sua “A fábula das abelhas” apresenta o caráter paradoxal da sociedade liberal que emergia.

A ideia de que de ações viciosas, no âmbito individual, poderiam surgir benefícios públicos introduz, como ressalta Ganem (2000), três noções fundamentais para a compreensão da ordem social liberal:

1. Coloca na discussão a noção de mão invisível, articulando o vício privado ao resultado coletivo benéfico.
2. Argumenta em favor do pleno exercício das paixões
3. Apresenta uma visão asséptica da moralidade

Antes da compreensão da posição deste autor que influenciou enormemente as ideias de Adam Smith, é necessário ressaltar a posição de Montesquieu no que diz respeito à ideia da mão invisível.

Em sua obra “O espírito das leis”, o autor realiza a mais completa sistematização moderna acerca do tema - até a publicação d’A Riqueza das nações” -. Nesta, o autor associa a ideia da mão invisível ao comércio internacional entre as nações.

A argumentação se estrutura de maneira a ressaltar a ideia de que o comércio seria responsável por abrandar e civilizar o costume entre as nações, promovendo, inclusive, fortes incentivos à paz entre os Estados.

Para Montesquieu, tamanha era a importância do *doux commerce*, que a própria ideia de acumular riquezas por meio do comércio aparecia de maneira secundária.

Por fim, no que concerne a esta breve consideração das respostas que a filosofia moderna forneceu à questão do fundamento da sociedade civil, é necessário compreender a teoria do filósofo escocês David Hume.

Em relação a este pensador, no entanto, não será considerada apenas sua resposta à questão da filosofia moral e política na modernidade, e, desta, retirada a influência para o pensamento de Smith. Partindo do diagnóstico de que a influência exercida é mais ampla e fundamental, urge a compreensão em termos mais ampliados.

Será necessário, portanto, analisar as relações entre os pressupostos da teoria do conhecimento desenvolvida por Hume e o trabalho de Smith para, então, discorrer sobre a influência de sua teoria política e moral.

Para tanto, é crucial compreender a formulação de Hume sobre o empirismo e, em particular, a questão da “falácia naturalista”.

Em relação a esta noção da filosofia humeana, é possível afirmar que “por meio desta, é que Hume aponta a distinção entre enunciados factuais, referentes a seres, e enunciados morais, referentes a valores” o que “estabelece uma interdição aos juízos morais que pretendiam derivar conclusões morais de premissas factuais” (de Souza Rodrigues Neto, 2012, p.10).

Hume justifica esta noção central de seu edifício filosófico a partir da introdução de dois outros princípios, a saber: o princípio empirista e o princípio atomista que, em aplicação conjunta, vem a resultar na “falácia naturalista”

De acordo com Hume, os objetos do entendimento podem ser divididos, basicamente, em dois tipos: as questões de fato e as relações de ideias. O princípio atomista afirma que estes objetos devem ser esmiuçados, por meio de sucessivas análises, em elementos cada vez mais simples de modo que, ao fim das análises chega-se a elementos indivisíveis.

Estes elementos simples são, por sua vez, os mais básicos de todo o entendimento e, como tais, estruturam todo e qualquer objeto complexo que venha a se apresentar ou a ser formulado.

A estes objetos simples, Hume dá o nome de “percepções” que, por sua vez, podem ser classificadas em dois grandes grupos, as impressões e as ideias. A classificação do autor segue o princípio da força e vivacidade destas, de modo que as impressões serão sempre mais fortes e mais vivas que as ideias.

Com isso, “Hume afasta de sua filosofia qualquer referência a princípios inatos do conhecimento; e o *princípio empirista* passa a funcionar como um critério de ‘validação’ das ideias, memórias e produtos da imaginação” (de Souza Rodrigues Neto, 2012, p.15).

Estes argumentos são essenciais para a compreensão do discurso moral do autor das “Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral”, visto que rompem em diversos níveis com a tradição teórica que predominava neste ramo do conhecimento. Neste sentido é relevante compreender a crítica que o autor realiza à noção de substância.

Para tanto, é necessário contextualizar a centralidade desta noção no que diz respeito às demais formulações modernas voltadas ao discurso moral.

Em boa parte do discurso filosófico-moral da modernidade, “substância” é a noção que caracteriza aquilo que se posiciona além das qualidades perceptíveis pelos sentidos, de tal maneira que as premissas da teoria moral não deveriam, como propõe Hume, ser submetidas apenas à percepção empírica, mas também às conjunções do entendimento e às “ideias inatas”.

Para Hume, no entanto, a ideia de substância não passa de uma ficção, isto é, “uma conjunção ‘frouxa’ de elementos realizada pelo entendimento” (de Souza Rodrigues Neto, 2012, p.15), de modo que o discurso moral não mais pode valer-se dela enquanto fundamento.

Tendo esboçado, mesmo que de maneira breve, a relação entre a posição epistemológica sustentada por Hume e seus argumentos relativos à moral, cabe analisar, nos termos da filosofia moral e política, a extensão e importância deste autor às formulações de Adam Smith.

Neste domínio, Hume mostra-se de relevância ímpar, como pontua Ganem (2000), por cinco razões fundamentais:

1. Substitui a razão pela paixão no que concerne à compreensão do comportamento humano - visto que argumenta, como já destacado, que o fundamento da razão é a paixão, e o conflito entre paixão e razão é, portanto, apenas um conflito entre paixões mais calmas e paixões mais violentas.
2. Introduz a noção de simpatia, elemento central em seu “tratado da natureza humana”
3. Responde à questão dos fundamentos da sociedade a partir do indivíduo e de seu desejo de ganho.
4. Articula o desejo do Homem ao trabalho, de modo que este aparece enquanto a única maneira de o Homem obter as coisas que necessita por natureza, conduzindo-o a uma posição central em sua formulação teórica.
5. Explora, especialmente em sua teoria moral, a questão do sentimento e do julgamento de aprovação, temática fundamental para Smith.

A passagem das explicações contratualistas para aquelas centradas no indivíduo e suas paixões, tendo em vista a noção de propriedade, de simpatia, e da questão da aprovação, são temas que cortam a obra de Adam Smith.

Sua formulação apenas é possível, no entanto, devido às contribuições de David Hume ao longo de seus trabalhos. Estes, por sua vez, não apenas atuam sobre o pensamento de Smith, mas, antes, sobre toda a filosofia moderna.

Para concluir a presente subseção, voltada à compreensão de aspectos centrais da obra de Adam Smith enquanto resposta a questões filosóficas situadas na modernidade, é necessário formular, de maneira sintética a relação de Smith para com os autores mencionados.

Isto é, cumpre, tendo em vista a clareza do trabalho, formular de maneira concisa aquilo que Smith efetivamente carrega em sua análise dos autores que se propuseram, na modernidade, a formular teorias acerca da política e da moral.

De Hobbes e Locke vem os fundamentos do direito liberal, garantidor do direito à vida, liberdade e propriedade. A ordem social, tal qual formulada por Hume, é assentada no indivíduo e nas paixões que o mobilizam. Estas “não estariam mais associadas ao desejo de poder e glória (Hobbes, Montesquieu), mas transmutadas na paixão de ganhar dinheiro, de acumular infinitamente, de comprar toda sorte de mercadorias” (Ganem, 2000, p.19). Tendo em vista as contribuições de Mandeville, Smith é capaz de livrar esta ideia de ganho daquelas de “vício” e “pecado”.

Em relação à mão invisível, esta vem substituir o legislador hobbesiano, ou mesmo o príncipe de Maquiavel, visto que estes não mais são necessários para evitar a guerra de todos contra todos, ou mesmo a decadência da sociedade.

Neste argumento, o autor d’A riqueza das nações” eleva o mercado à posição de integrador fundamental da sociedade, visto que, por meio da operação da mão invisível neste domínio - agora formulado em termos genéricos, ultrapassando o comércio internacional de Montesquieu - os interesses individuais harmonizar-se-ão.

(III) Das Adam Smith problem

“Por mais egoísta que se suponha o homem, evidentemente, há alguns princípios em sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte dos outros, e considerar a felicidade deles necessária para si mesmo, embora nada extraia disso senão o prazer de assistir a ela” (Smith, 2015, p.5)

A relação entre as obras de Adam Smith é tema bastante discutido nos círculos de estudiosos do autor, visto que, logo depois da impactante publicação d’A riqueza das nações” no ano de 1776, intelectuais já debatiam, em tom de polêmica, a ruptura ou a continuidade que este escrito viria a representar em relação à teoria da moral apresentada 17 anos mais cedo.

No início do século XIX a escola histórica alemã, que estava mergulhada neste debate, cunha o termo *Das Adam Smith problem* e, junto com ele, duas teses que se enfrentavam, de um lado, aqueles que defendiam a obra de economia política do autor enquanto uma ruptura ou, no caso mais brando, uma mudança de enfoque. Do outro, aqueles que argumentavam em favor da unidade entre os trabalhos.

Assim, antes de analisar as obras de Smith propriamente, é necessário compreender o debate que em torno delas se criou, explicitando a posição do presente trabalho - que não é, de maneira alguma, única, ou inovadora -, bem como os elementos que a justificam.

Entre aqueles que defenderam a tese da ruptura radical que viria a representar a publicação d’A riqueza das nações” para o pensamento smithiano, destacam-se quatro pensadores, Wilhelm Roscher, Hildebrand, Knies e Gustav Schmoller.

Estes autores concordam em relação à ruptura da obra de Smith na medida em que se opunham ao liberalismo extremado da escola de Manchester. Isto é, a crítica da concepção - que se perpetuava na industrial Manchester- de que a busca pelos interesses privados egoístas sempre levaria a harmonia, une os autores acima citados.

Neste sentido, Knies, como destaca Ganem (2000), chegou ao ponto de afirmar que Adam Smith havia confundido os dois instintos por trás do interesse privado, destacando a existência de instintos egoístas, naturalmente conflitivos, e instintos sociais.

Sendo assim, apenas por meio do exercício do interesse privado visando os instintos sociais é que se poderia falar em harmonização da sociedade.

Passado este primeiro momento dos defensores da ruptura, outro autor tenta prová-la. Skarzynski desenvolve o argumento, muito difundido, de que se deveria tratar a moral e a economia como dois universos isolados, cada qual com fundamentação própria.

No século XX, por sua vez, a principal voz que se ergue no sentido de defender esta posição é a do economista canadense, e professor da Universidade de Chicago, Jacob Viner. O autor em questão, em seu texto “Adam Smith and Laissez-Faire” argumenta que, enquanto na “Teoria dos Sentimentos Morais” existiria uma ordem harmoniosa da natureza concebida e guiada por um Deus bom, n’A riqueza das nações” o que Adam Smith observa são imperfeições desta natureza baseadas na coleta de dados acumulados mediante a observação da realidade.

Para Viner, a ruptura entre as obras de Smith é representada pela mudança de posição do filósofo/teólogo em direção à função de economista/realista.

A posição de Viner e Skarzynski na defesa da separação dos domínios da moral e da economia reverbera em duas teses contemporâneas do debate.

A primeira é aquela sustentada por Louis Dumont em seu “*Homo aequalis*”, no qual o antropólogo francês defende a tese de que a economia, rumo à consolidação enquanto ciência autônoma, deveria, primeiro, emancipar-se da política, depois da moral. Este movimento seria encarnado por Smith em sua passagem de filósofo a economista.

Albert Hirschman, apesar de defender a economia enquanto ciência moral, argumenta, “elaborando uma arqueologia da noção de interesse nas suas múltiplas formas, desde o interesse privado, que pode aparecer confundido com o interesse nacional, passando pelo desejo de poder, até chegar ao interesse do ganho material” (Ganem, 2000, p.21), que o processo de autonomização da economia é representado pela obra de Smith, na qual, segundo o economista de origem alemã, a reflexão econômica se aparta da reflexão política e moral.

Os autores que buscam sustentar a tese da ruptura nas obras de Smith partilham daquilo que se pode denominar de “um modo de leitura” desta. Este modo é caracterizado por uma tentativa de enxergar n’A Riqueza das Nações” uma “evolução”, no que diz respeito à cientificidade, em relação à “Teoria dos Sentimentos Morais”

Assim, a análise que busca delinear a economia enquanto disciplina autônoma e impor, em certo sentido, a ruptura na obra de Smith, acaba por ignorar todo o debate da filosofia moderna que engendra a posição do autor, bem como por colocar a “Teoria dos Sentimentos Morais” como “delírio moral ou ritual de passagem do jovem e romântico filósofo para o maduro economista da RN” (Ganem, 2000, p.28)

A tese que a presente monografia defende é, por outro lado, aquela que argumenta em favor da unidade entre as obras de Smith.

A mobilização de recursos teóricos para defender a unidade das duas obras de maior fôlego de Adam Smith conheceu três momentos fundamentais:

1. Em fins do século XIX como primeira reação à escola histórica.
2. A partir do trabalho “The significance of the sympathy in Hume and Adam Smith” de Glenn Morrow, publicado no ano de 1924.
3. O momento contemporâneo, no qual Ganem (2000) destaca a contribuição de Jean Pierre Dupuy.

A primeira fase é centrada nas evidências factuais da unidade, isto é, na descoberta de obras e declarações do autor que vão neste sentido. Primeiro, os autores que defendem a unidade em fins do século XIX constataam, a partir das “*Lectures on Jurisprudence*” que boa parte das bases teóricas d’A riqueza das nações” já havia sido formulada antes da ida do autor à França e, mais que isso, que o próprio autor teria relacionado seus escritos a partir da ideia da ação econômica movida pelo amor-próprio.

Outra evidência da unidade, confirmada pelos relatos do próprio autor, é a posição de destaque na qual Smith, até o final de sua vida, coloca a “Teoria dos Sentimentos Morais”, reeditando-a seis vezes, a última, inclusive, no ano em que viria a falecer.

No segundo momento de defesa da tese da unidade, o foco se desvia dos dados factuais e migra em direção à noção de simpatia. Esta noção, estruturante da teoria moral do autor, aparece na análise de Glenn Morrow como possibilidade de integração do domínio ético e do domínio econômico.

Neste sentido, se a escola histórica alemã havia defendido a separação excludente destes domínios, Morrow busca argumentar que o *Self-interest*, sendo considerado como virtude moral, é capaz de unir a economia e a moral.

Atualmente, o terceiro momento dos defensores da tese de unidade entre as obras em questão é marcado, como coloca Ganem (2000) pelo reconhecimento de uma multiplicidade de ligações entre os trabalhos, de modo que, na alçada desta discussão específica, perde força a tese da ruptura.

Em relação aos argumentos atuais, cabe destacar a posição de Heilbroner - exposto em “*The socialization of the individual in Smith*”- e da professora Angela Ganem.

Enquanto o autor estadunidense defende que o Homem econômico d’A Riqueza das Nações” é aquele Homem prudente apresentado na “Teoria dos Sentimentos Morais”, e, mais que isso, que a passagem entre as obras pode ser interpretada como uma demonstração, por parte de Smith, do processo de socialização, de modo que “Smith partiria do homem primitivo no início da TSM e chegaria ao homem socializado exposto ao olhar do outro no final da TSM e também no início da RN. Assim, temos um ponto de passagem entre as duas obras e uma demonstração da união entre elas” (Ganem, 2000, p.24)

A posição da professora Angela Ganem exposta ao longo de seus artigos, por sua vez, apropria-se da ideia sociológica da teatralização da vida social, para compreender a unidade entre os trabalhos.

Como Ganem (2000), aponta, o primeiro autor a compreender a relação entre as obras de tal maneira foi Marshall, professor de literatura em Yale, a partir de sua obra “*Adam Smith and Theatricality of Moral Sentiments*”.

A ideia da teatralidade faz-se presente na “Teoria dos Sentimentos Morais” quando Smith afirma a incompletude do Homem e sua necessidade do outro para sua própria constituição.

Neste sentido, Jean Pierre Dupuy é preciso quando reconstitui, ao inverso, a exposição de Adam Smith em suas duas principais obras, isto é: “partindo do interesse privado, conceito que liga, via o amor-próprio, as duas obras, para depois tratar a simpatia como conceito morfogenético da TSM” (Ganem, 2000, p.25)

O argumento de Dupuy acerca do interesse privado é interessante, na medida em que o autor o identifica nas duas obras e, assim, afirma que estas permitem dois tipos de leitura, a saber:

1. reducionista, que identifica o interesse privado apenas ao *Self-Interest*.
2. que liga o interesse privado a algo mais amplo, a saber, à noção de amor-próprio.

A primeira leitura acaba por afirmar um indivíduo autocentrado, autossuficiente que, por sua vez, poderia ser traduzida pelo *Homo Economicus* sem maiores problemas.

A segunda leitura, por sua vez, ao tomar a noção de amor-próprio em toda sua centralidade reconhece a necessidade do outro para o indivíduo Smithiano.

Em relação a este ponto, Ganem (2000), realiza quatro interessantes pontes a fim de reconstruir com clareza o argumento de Dupuy, são elas:

1. De Smith para com o cristianismo
2. De Smith para com David Hume
3. De Smith para com Jean Jacques Rousseau
4. De Smith para com a filosofia empirista

Em relação ao cristianismo, a autora argumenta que o filósofo-economista escocês teria, ao longo de sua teoria, invertido a máxima cristã: Ama ao próximo como a ti mesmo para: Ama a ti mesmo como amas ao teu próximo.

Na relação com Hume, a ideia do *Homo mimeticus*, presente na afirmação “Os homens são espelhos uns dos outros” ajuda a compreender a incompletude ontológica do indivíduo smithiano.

Rousseau, por sua vez, influencia Smith por meio de seu “Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens”. Esta influência pode ser sentida em especial nos capítulos II e

III da terceira seção da “Teoria dos Sentimentos Morais”, direcionados à corrupção dos sentimentos morais ao admirar os ricos e desprezar os pobres e à compreensão da origem da distinção social.

Por fim, a relação que se estabelece com a filosofia empirista pode ser notada no argumento de que as normas, bem como o senso moral, devem surgir a partir da experiência, e não de ideias inatas ou pura e simplesmente da razão.

Retornando ao argumento de Dupuy tal qual exposto por Ganem (2000) o autor recupera a noção de simpatia criticamente, isto é, livrando-a de qualquer possibilidade de identificação com benevolência e marcando o julgamento de aprovação enquanto aspecto fundamental da noção.

A simpatia reflexiva, isto é, o desejo de ser aprovado pelo outro, resultaria no fundamento do amor-próprio, de modo que, se é verdade que simpatizamos com o outro na mesma medida que com nós mesmos, então o amor-próprio exerce o controle das paixões de acordo com o espectador imparcial.

Feita a sustentação do argumento de que o trabalho de Smith é uma resposta a uma questão fundamental da filosofia moderna e, mais que isso, que este trabalho demonstra caráter unitário, é chegado o momento de analisar, de fato, os escritos do autor.

Esta tarefa, responsabilidade da terceira seção do trabalho, será realizada por meio de quatro conceitos fundamentais que permeiam as obras de maior fôlego do filósofo escocês, a saber: experiência, imaginação, moralidade e interesse próprio.

Seção 3: Entre o espectador imparcial e a mão invisível

[Figura 3: As sete obras de misericórdia corporal] [Figura 4: Ato beneficente dos Tichborne]



Fonte: David Teniers, o Jovem (1610-90).

Fonte: van Tilborgh, Gillis (1625-78), 1671.

A fim de concluir as seções argumentativas da presente monografia, impõe-se a tarefa de analisar as duas obras de maior fôlego de Adam Smith. Tendo analisado o contexto histórico-político-religioso na qual foram formuladas, bem como as ideias que influenciaram o autor - tanto em termos gerais, ou seja, as discussões da filosofia moderna, quanto em termos específicos, isto é, o iluminismo escocês -, o presente exame será realizado tendo em vista as problemáticas centrais, bem como as teses correspondentes e os argumentos que as sustentam, da “Teoria dos Sentimentos Morais” e d’A Riqueza das Nações”.

Após a discussão do conteúdo interno das obras, será retomada a tese da unidade entre estas, buscando, agora, compreendê-la não partir de sua oposição relativa à tese da ruptura, mas sim tendo em vista a articulação de seus argumentos centrais.

Assim, o artigo “Economia e filosofia: tensão e solução na obra de Adam Smith”, publicado pela professora Angela Ganem no ano de 2002, ganha centralidade. Justifica-se a escolha deste artigo por sua estratégia argumentativa que, apesar de ancorada na tese da unidade tal qual formulada por Jean Pierre Dupuy, busca fundamentá-la no movimento argumentativo dos textos de Adam Smith.

Esta estratégia é realizada a partir da extração de quatro conceitos, entendidos enquanto centrais às obras do autor em questão, e organização destes em três grupos, de modo que seja possível demonstrar de maneira clara e sintética a ligação entre os trabalhos.

Os conceitos e grupos são:

1. experiência e imaginação
2. imaginação e moralidade
3. moralidade e interesse próprio

Após a introdução geral da presente seção é necessário, ainda, expor os argumentos que serão mobilizados ao longo do texto.

Neste sentido, como já esboçado, ao contrário da seção anterior, que é dedicada ao debate mais amplo em relação às obras estudadas, a presente seção privilegia as formulações contidas no interior destas obras.

Apesar de cotejar o objeto de maneira distinta, ambas seções não devem ser entendidas por separado, o que equivale a dizer que a análise do movimento argumentativo de Smith será realizada tendo em vista as análises anteriores, mais genéricas, por certo, de sua inserção no debate moderno que o pautou.

A argumentação propriamente dita encontra-se dividida em três momentos, para além, é claro, desta breve introdução e dos apontamentos finais - que, por sua vez, encontram-se na responsabilidade de direcionar o escrito à sua conclusão -, são estes:

1. Apresentação e estudo do plano geral e argumentos centrais da “Teoria dos Sentimentos Morais”
2. Apresentação e estudo do plano geral e argumentos centrais d’A Riqueza das Nações”
3. Reconstrução sintética do argumento de Angela Ganem em seu artigo publicado no ano de 2002.

No que diz respeito à “Teoria dos Sentimentos Morais”, a análise será realizada a partir das noções de Simpatia, Aprovação e Espectador Imparcial, buscando retomar as definições que o autor fornece, bem como as conexões destes termos no interior da obra.

Já em relação à obra que funda a economia política moderna, a análise será feita a partir de uma espécie de fichamento – se bem que bastante resumido – dos argumentos contidos nos dez primeiros capítulos do livro I d’A Riqueza das Nações.

A reconstituição dos argumentos de Ganem (2002) busca compreender a maneira por meio da qual Smith é capaz de fornecer uma explicação, a partir das paixões individuais, acerca da lógica que rege os fenômenos coletivos, isto é, a lógica que norteia a ordem social.

Nos termos da autora: “Ele concebeu a ordem social como uma emergência que harmoniza o caos potencial dos interesses individuais e os traduziu em bem-estar para a sociedade recorrendo para tal única e exclusivamente à imponderável e complexa ação dos indivíduos” (Ganem, 2002, p.671)

A análise da argumentação de Angela Ganem será realizada de modo a, para além de compreender os conceitos que a autora extrai ou mesmo a justificativa de seu agrupamento, analisar a viabilização, por meio de uma leitura tipicamente filosófica, da tese da unidade.

Sobre a “leitura filosófica” é necessária uma breve nota explicativa. Essa leitura, entendida enquanto distinta da leitura que se pode chamar “meramente econômica” - aqui os neoclássicos e sua interpretação de Smith parecem fornecer um excelente exemplo – busca compreender a argumentação de Smith a partir de sua verdade interna, sem, no entanto, desconsiderar os múltiplos fatores externos que a engendraram.

Este argumento será retomado e desenvolvido de forma mais completa na conclusão da monografia, de modo que, por hora, esta breve explicação parece suficiente.

A “Teoria dos Sentimentos Morais ou Ensaio para uma análise dos princípios pelos quais os homens naturalmente julgam a conduta e o caráter, primeiro de seus próximos, depois de si mesmos”, livro publicado no ano de 1759 que, em certa medida, corresponde ao conteúdo exposto pelo autor no curso de filosofia moral que ministrava desde o ano de 1752 na universidade de Glasgow, será, aqui, objeto de análise.

É possível, para fins de contextualização, compreender o escrito a partir do projeto de filosofia moral, ou ciência da natureza humana, enunciado por David Hume na primeira seção de suas “Investigações sobre o entendimento humano”, livro publicado no ano de 1748.

Nesta seção, intitulada “Das diferentes espécies de filosofia”, Hume - que pretendia neste livro dar forma final aos argumentos propostos em seu “Tratado da natureza humana” - apresenta seu projeto filosófico: compreender os fundamentos da natureza humana e os limites do entendimento a partir da aplicação de princípios experimentais, de modo semelhante ao qual Newton procedeu no domínio da Física.

Este movimento, que parte da crítica às pretensões metafísicas de conhecimento, empreendendo naquilo que Hegel, mais tarde, denominaria como um “pôr-se de acordo sobre o conhecer” (Hegel, 2014, p.69) - característica fundamental do projeto de conhecimento da “representação natural”, isto é, da forma pela qual a filosofia moderna busca conhecer o absoluto - pode ser compreendido como a base teórica mais ampla sobre a qual se ergue a teoria moral de Smith.

Para além de inserida, em certa medida, no projeto humeano de filosofia moral, a teoria de Smith é tributária de seu tempo no que diz respeito a seu vocabulário.

Neste sentido, cabe destacar o uso da terminologia “sentimentos morais”, amplamente presente no debate do iluminismo escocês - como se buscou demonstrar ao longo da primeira seção do presente trabalho.

O termo “simpatia” é outro exemplo deste tributo que o autor deve ao seu tempo. Aqui, bem como no caso dos “sentimentos morais”, apesar do termo se encontrar nas obras de seus

contemporâneos - sejam eles os filósofos modernos do continente europeu ou mesmo os “iluminados” da Escócia -, o uso que Smith dele faz distingue sua teoria moral das demais.

Esta noção, central desde as primeiras linhas da “Teoria dos Sentimentos Morais”, pode ser compreendida como aquele sentimento que põe o sujeito em contato com os afetos e condutas humanos.

Em sua argumentação, o autor inicia afirmando que, independentemente do egoísmo que tal ou qual teoria sobre os sentimentos morais possa vir a supor acerca do Homem, é fato inegável, porque da natureza humana, que este se interessa pela sorte alheia, considerando, assim, a felicidade dos outros importante para si mesmo.

Entretanto, de acordo com a perspectiva de Smith, é impossível entrar em contato de maneira imediata com o sentimento de outrem, de modo que, para formar uma ideia acerca de tal ocorrido, é necessário valermos-nos da imaginação. O uso desta faculdade, no entanto, não é capaz de reproduzir integralmente as sensações de nosso par, o que se justifica por duas razões:

1. Apenas temos acesso ao sentimento alheio por meio da representação, isto é da imaginação, de nossos sentimentos caso estivéssemos naquela determinada situação.
2. Ao formarmos uma “ideia” daquilo que o outro sente, necessariamente perdemos algo da intensidade e da vivacidade da experiência.

Sobre a segunda razão cabe lembrar que Hume, em suas “Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral”, afirma “todas as nossas ideias, ou percepções mais tênues, são cópias de nossas impressões, ou percepções mais vívidas” (Hume, 2004, p.36).

O autor do “Tratado da Natureza Humana” justifica seu argumento na medida em que “Essas faculdades [da memória e da imaginação] podem imitar ou copiar as percepções dos sentidos, mas jamais podem atingir toda força e vivacidade da experiência original” (Hume, 2004, p.36)

A esta solidariedade presente na natureza humana, que, operando por meio da imaginação, faz brotar sentimentos análogos no peito dos espectadores atentos a uma determinada experiência de outro indivíduo, Smith denomina “Simpatia”.

Como o próprio autor coloca, a noção “pode agora ser usada, sem grande impropriedade, para denotar nossa solidariedade com qualquer paixão” (Smith, 2015, p. 8), mesmo naqueles casos em que surge não a partir do contemplar de outra paixão - que porventura venhamos a considerar repugnante -, mas sim de imaginar as causas da situação que a provoca.

Deste modo, independente das causas da simpatia, nada agrada mais o indivíduo do que a consonância, mediante a observação de outros homens, da solidariedade que brota em seu peito e, conseqüentemente, nada o horroriza mais que a observação contrária.

Com isso, Smith é capaz de criticar sistemas morais como o de Hobbes e Mandeville que, segundo sua leitura, derivam todos os sentimentos do amor de si. Se assim fosse, argumenta o autor da “Teoria dos Sentimentos Morais”, todo o prazer e toda dor haveriam de derivar da fraqueza do homem que, ciente dessa, busca incessantemente a aprovação dos demais como forma de ajuda.

O que se passa, entretanto, é algo mais complexo, de modo que o prazer e a dor não derivam apenas dos sentimentos do indivíduo, mas também da semelhança ou diferença com a qual estes são sentidos por outros Homens.

Assim, as paixões, quando em perfeita consonância com as emoções solidárias do espectador, aparecem necessariamente como justas e próprias, isto é, adequadas a seus objetos, de modo que “aprovar as paixões de um outro como adequadas a seus objetos é o mesmo que observar que simpatizamos inteiramente com elas; e não aprová-las como tal é o mesmo que observar que não simpatizamos inteiramente com elas” (Smith, 2015, p.15)

Há, no entanto, casos em que a aprovação ou desaprovação parece não guardar relação com a simpatia do observador. Nestes, o que se passa é a correção, por meio das regras gerais deduzidas da experiência, dos sentimentos momentâneos por aquilo que os sentimentos habitualmente correspondem.

Portanto, a conveniência ou inconveniência dos afetos alheios - da qual depende toda análise acerca da virtude e do vício - é resultado de uma análise das causas, de um lado, e dos fins, do outro, às quais as ações parecem se prestar.

Por outro lado, da análise dos benefícios ou prejuízos derivados das ações, consiste o senso de mérito ou demérito destas. Enquanto a conveniência depende de uma simpatia direta, isto é, que se dirige àquele que realiza a ação, o senso de mérito depende da simpatia indireta.

Esta solidariedade indireta de paixões implica que o senso de mérito depende não apenas da análise das paixões daquele que recebe o benefício, ou prejuízo, mas também dos motivos do benfeitor, ou malfeitor.

Assim: “o senso de mérito parece ser um sentimento composto, constituído de duas emoções distintas; uma simpatia direta com os sentimentos do agente, e uma simpatia indireta com a gratidão de quem recebe o benefício de suas ações” (Smith, 2015, pp.90-91)

Portanto, é neste sentido que Smith é capaz de afirmar que:

Toda faculdade de um homem é a medida pela qual ele julga a mesma faculdade em outro. Julgo sua visão por minha visão, sua razão por minha razão, seu ressentimento por meu ressentimento, seu amor por meu amor. Não possuo nem posso possuir nenhum outro modo de julgá-las (Smith, 2015, p.18)

Neste sistema em que todo senso moral aparece derivado das medidas fornecidas pela experiência do próprio indivíduo, inclusive as noções de vício e virtude, derivadas, por sua vez do senso de conveniência, cabe questionar como o homem pode julgar suas próprias ações.

Neste sentido - e não apenas neste -, a argumentação de Smith é engenhosa. Se é verdade que os juízos do indivíduo acerca das paixões e da conduta dos outros partem do sentimento deste indivíduo enquanto espectador, o mesmo deve se passar quando se trata do julgamento das próprias ações.

Este argumento implica, por sua vez, o abandono da posição natural - que, neste julgamento, incorreria em parcialidades indesejadas - e a possibilidade de divisão do indivíduo que, de um lado torna-se ator, e do outro juiz de suas próprias ações.

Neste sentido, é preservada a coerência do senso moral, visto que segue sendo possível aprovar ou desaprovar tal ou qual conduta a partir dos motivos de um espectador. Esse espectador, no caso dos juízos acerca da ação do próprio indivíduo, aparece de maneira um pouco distinta - apesar de consoante com o princípio fundamental da simpatia.

Enquanto no julgamento da conduta alheia ele é, efetivamente, um ponto de vista daquele que não exerce a ação, no caso do exame das próprias paixões e ações ele é uma tentativa, mediada pela imaginação, de constituir o julgamento que os outros teriam acerca daquela situação específica.

Nos termos de Smith: “Empenhamo-nos em examinar nossa própria conduta como imaginamos que outro espectador leal e imparcial a examinaria” (Smith, 2015, p.140). É, portanto, este espectador imparcial que possibilita a internalização do senso moral.

E, mais que isso:

O ponto de vista médio, na medida em que apaga diferenças, faz sumir interesses particulares, tendências, desinformações, ao passo que em sua generalidade garante que cada membro da comunidade tenha acesso a um ponto de vista que é o mesmo para todos, que é o ponto de vista da comunidade moral. Isto possibilita que cada um, ao procurar este ponto de vista a fim de julgar a si mesmo, o faz segundo um critério que é o mesmo para todos, e é fruto da experiência, puramente empírico e aprendido pelo senso moral, pela simpatia (de Souza Rodrigues Neto, 2012, p.20)

Neste sentido, cabe ressaltar a importância da argumentação do autor no que diz respeito ao caráter eminentemente social e construído da moralidade. Para Smith, se fosse possível isolar o ser humano, desde sua mais tenra infância, de todo e qualquer contato com os demais

indivíduos, este seria incapaz de julgar suas ações, bem como as dos outros, nos termos da conveniência e do mérito, bem como do vício e da virtude.

Em síntese, é possível dizer que sistema moral de Smith se organiza tal qual um teatro, no qual os indivíduos, a partir da experiência, posicionam-se de certa forma em uma dupla posição, isto é, são, ao mesmo tempo, espectadores - quando no julgamento do outro - e atores - quando expressando seus sentimentos relativos às diversas experiências da vida.

“Não há aqui elementos *inatos* ou *a priori*, e cada agente moral se caracteriza principalmente por ser um *espectador*. É por esta razão que primeiramente julgamos a conduta alheia, para só depois sermos capazes de julgar as nossas próprias condutas” (de Souza Rodrigues Neto, 2012, p.18)

Feita esta breve análise dos principais argumentos que estruturam a “Teoria dos Sentimentos Morais”, cabe compreender, tendo em vista o objetivo de analisar a relação entre as obras a partir de seus movimentos internos, o escrito de Adam Smith que funda a economia política moderna.

“A Riqueza das Nações” ou “investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações”, livro publicado por Adam Smith no ano de 1776, nasce de uma preocupação - já anunciada nas páginas finais de sua “Teoria dos Sentimentos Morais” - do autor em relação às leis dos países, de tal modo que “se pretende a mais completa dentre todas [as obras] dedicadas a essa ciência nascente: a jurisprudência natural” (Ostrensky, 2015).

Apesar disso, a recepção do escrito destacou muito mais seu conteúdo relativo à economia política, entendida enquanto ramo da ciência dos estadistas e legisladores cujo objetivo é o enriquecimento do povo e do soberano.

Nesta área as posições de Smith, embora o autor estivesse amplamente inserido nos movimentos intelectuais da Escócia do século XVIII, causavam indignação entre os eruditos dos círculos intelectuais de Glasgow e Edimburgo.

Como coloca a professora do departamento de ciência política da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas Eunice Ostrensky em seu prefácio à obra de Smith, dois pontos colocam em suspeita, aos olhos de seus contemporâneos, a doutrina de Smith acerca do sistema de liberdade natural, a saber:

1. A crítica que o autor dirige aos demais sistemas de economia política desenvolvidos pelos teóricos de seu tempo
2. A controvérsia em relação à intervenção do Estado no funcionamento da sociedade

Em relação aos sistemas de economia política, a crítica dirige-se à localização, ora no campo ora na cidade, da fonte da riqueza nacional por parte destes. Para tanto, Smith dedica boa parte do livro IV d'A Riqueza das Nações”.

Já no que concerne à controvérsia do Estado, o autor se opunha, no contexto do debate sobre o comércio de grãos, à intromissão política no âmbito da liberdade do comércio, afirmando que a função central do governo é a proteção da propriedade, de modo que se impeça a desordem na sociedade civil, neste sentido, Ostrensky afirma:

Talvez também se possa compreender [a partir dessa posição de Smith] por que a *Riqueza das Nações* é, antes de tudo, uma obra de jurisprudência, isto é, voltada ao tratamento de problemas filosóficos e morais, entre eles o da justiça e o da propriedade, os quais submete, é certo, à esfera da economia política (Ostrensky, 2015)

Visando as questões da filosofia e da moral por meio da análise da economia política, Smith inicia sua tarefa a partir da divisão trabalho. Neste sentido, o autor objetiva compreender os efeitos da divisão do trabalho sobre a atividade geral da sociedade por meio da observação de seus efeitos sobre manufaturas específicas.

É neste contexto que aparece o consagrado exemplo da forja de alfinetes e, é partir das conclusões dele extraídas, que o autor sustenta o argumento de que a divisão do trabalho tem como efeitos “O maior aperfeiçoamento das forças produtivas do trabalho e grande parte da habilidade, destreza e discernimento com que ele é em todos os lugares dirigido ou aplicado” (Smith, 2016, p.7)

O grande aumento da quantidade de trabalho executada pela mesma quantia de pessoas após os efeitos da divisão do trabalho deve-se, fundamentalmente, a três motivos:

1. Aumento da destreza do trabalhador na tarefa a ser executada
2. Economia do tempo de passagem entre as tarefas
3. Intervenção de máquinas que abreviam o trabalho

Cabe ressaltar, no que diz respeito às máquinas, que Smith entendia sua criação também enquanto uma derivação da divisão do trabalho, na medida em que esta centra o espírito dos homens em uma tarefa específica, de modo que torna mais provável a descoberta de métodos mais fáceis e rápidos, isto é, de máquinas apropriadas a tal ou qual tarefa.

O princípio do qual origina a divisão do trabalho não foi, ainda, evidenciado. Em relação a este, o autor considera que não se trata da sabedoria humana, mas sim de “consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa propensão na natureza humana (...) a propensão a cambiar, permutar e trocar uma coisa pela outra” (Smith, 2016, p. 18)

Esta propensão é fator central à distinção dos Homens em relação aos demais animais, e desdobra-se no fato de que possuímos, para além da conquista de favores - algo que partilhamos com os animais-, outros meios a fim de obter aquilo que desejamos uns dos outros.

Estes meios são precisamente aqueles que mais atuam nas sociedades civilizadas, nas quais necessitamos da ajuda e cooperação de diversas pessoas, e dirigem-se não à benevolência dos demais, mas sim a seu amor-próprio, isto é: “não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelos próprios interesses” (Smith, 2016, p.19)

Portanto, trata-se de interessar o amor-próprio dos demais a seu favor de modo a convencê-los de que terão vantagens em realizar aquilo que deles pretendemos.

Smith se afasta, então, daqueles que supõe a origem da divisão do trabalho na diferença natural de talentos entre os homens, argumentando que não só essa diferença é muito menor do que se imagina, de modo que os talentos que parecem distinguir as diferentes profissões se relacionam muito mais com os hábitos - ou seja, não são causa, mas antes efeito, da divisão do trabalho -, mas também que as distinções entre as raças de animais, apesar de muito maiores que aquelas verificadas entre os Homens, mostram-se de pouca utilidade para estes, o que se justifica em virtude da ausência da propensão natural à troca.

Se é verdade que é a inclinação humana à troca que fundamenta e dá origem à divisão do trabalho, também o é, necessariamente, que os limites desta devem ser determinados pela troca.

Assim, o autor é capaz de afirmar que a extensão da divisão do trabalho é sempre determinada pela extensão do poder de troca, ou, em outros termos, pela extensão do mercado.

Portanto, tudo aquilo que abre as portas para a troca do excedente do trabalho de um Homem pelo excedente de outro, satisfazendo com isso suas necessidades de consumo, representa um passo na direção da satisfação de uma inclinação da natureza humana, de tal modo que a própria sociedade, assim, vai convertendo-se em uma sociedade mercantil.

No entanto, para que esta conversão se efetue é necessário que o poder de troca vença inúmeros obstáculos e empecilhos relacionados, em geral, à realização efetiva da troca.

Isto é, se é verdade que para que a maioria das necessidades do Homem seja satisfeita por meio da troca de parte do excedente de seu produto por parte do excedente do produto de outrem é necessário que suas mercadorias interessem o amor-próprio do outro homem, a questão chave para o pleno desenvolvimento da sociedade mercantil é a justa adequação entre o interesse do amor-próprio dos outros a partir das mercadorias de um indivíduo.

Portanto, a fim de viabilizar as trocas, diversas sociedades pensaram em mercadorias “que, a seu ver, provavelmente poucas pessoas rejeitariam em troca do produto da respectiva atividade” (Smith, 2016, p.30). Smith perpassa algumas delas, como o gado, instrumento comum de comércio entre aqueles que o autor denomina “primitivos”, conchas, na costa da Índia ou o tabaco na Virgínia, apontando seus respectivos inconvenientes.

Neste sentido, os metais, pela possibilidade de armazenamento com perdas mínimas, de divisão em quantas partes se deseje - sendo possível, inclusive, reunir as partes por meio da fusão - e por sua durabilidade, mostram-se como os instrumentos mais adequados para o comércio e circulação.

Compreendidas as razões pelas quais introduziu-se o dinheiro na forma metálica enquanto “instrumento universal do comércio, por meio do qual se compram, vendem ou trocam bens de todas as espécies”, Smith volta sua análise aos princípios que regulam o valor de troca das mercadorias, isto é, o poder de comprar outros bens que a posse de um determinado objeto permite.

Cabe notar, antes, que o valor de troca não se confunde com o valor de uso, que diz respeito à utilidade de objetos particulares, de tal modo que, como adverte o autor, é comum coisas que possuem elevado valor de uso possuírem pouco ou mesmo nenhum valor de troca, bem como a situação inversa.

Estabelecida a divisão do trabalho, os homens, que são ricos ou pobres de acordo com aquilo que podem desfrutar das coisas necessárias à sua vida e conforto, não mais são capazes de produzir uma parcela substancial destas coisas, de modo que necessitam obtê-las a partir do trabalho de outros homens.

Nesse sentido, o homem é rico ou pobre de acordo com a quantidade de trabalho alheio que for capaz de comprar, de tal modo que o valor de troca da mercadoria deve ser igual à quantidade de trabalho que esta seja capaz de comandar. Assim, o trabalho constitui-se como a medida real de valor de toda e qualquer mercadoria.

Assim, é possível afirmar que o preço real das mercadorias é justamente o trabalho que aquele homem que a deseja deve empreender a fim de adquiri-la. O trabalho é, pois, o primeiro preço, “Não foi com ouro ou com prata, mas com trabalho, que toda riqueza do mundo foi originalmente adquirida” (Smith, 2016, p.39)

No entanto, embora o trabalho seja a medida real do valor, não é por meio deste que se estima o valor das mercadorias, mas sim por meio da comparação com uma outra mercadoria.

Quando a troca direta é extinguida o dinheiro passa a ocupar este lugar, isto é, cada mercadoria particular passa a referenciar-se em dinheiro a fim de expressar seu valor.

O dinheiro, expresso em ouro e prata, varia de valor e, entretanto, não deixa de ser verdade que aquilo que exige mais trabalho é, em todos os tempos e lugares, mais caro, de tal maneira que o trabalho, cujo valor é constante - medido pela tranquilidade, liberdade e felicidade que o trabalhador deve abrir mão - se reafirma enquanto valor real da mercadoria, o dinheiro, portanto, é apenas seu preço nominal.

É necessário, aqui, um breve adiantamento em relação à linha argumentativa de Smith a fim de introduzir o tema dos preços dos salários. A este respeito, o autor afirma que a recompensa natural do trabalho é o produto deste e, mais que isso, que se houvesse persistido estado de coisas no qual não havia a acumulação de capital e a apropriação de terras, o salário do trabalhador deveria aumentar de acordo com os progressos das forças produtivas.

Entretanto, com a terra tornada propriedade privada e a acumulação de capital realizada por particulares não mais é verdade que a mercadoria é, por inteiro, produto do trabalho, isto é, para sua produção são necessários terra e capital, de tal modo que apenas uma parte da mercadoria deve responder aos salários dos trabalhadores.

Os contratos celebrados entre os detentores do capital e os trabalhadores definem, pois, os salários correntes do trabalho. Os interesses das partes envolvidas nestes acordos não poderiam ser mais distintos, os trabalhadores buscam ganhar o mais possível, enquanto os patrões desejam pagar o menos que possam.

Como o autor ressalta

não é difícil prever qual das duas partes deve, em todas as circunstâncias ordinárias, levar vantagem na disputa, e forçar a outra a aceitar seus termos. Os patrões, estando em menor número, podem coligar-se com muito mais facilidade, e além disso a lei autoriza, ou no mínimo não proíbe, suas coligações, enquanto proíbe as dos trabalhadores (Smith, 2016, p.83)

Assim, poder-se-ia imaginar que os patrões seriam capazes de baixar os salários a limites inconcebíveis o que, no entanto, não é possível, visto que o limite inferior destes é determinado pela necessidade que o trabalhador tem de viver e sustentar sua família - e assim sua descendência- a partir de seu trabalho

Se é verdade que os preços das mercadorias não correspondem apenas aos salários, incorporam a renda da terra, o capital que se adiantou a fim de produzi-las e os lucros dos particulares que acumularam capital, para cada emprego do capital em uma determinada sociedade, existe uma taxa média, ou natural, que remunera os trabalhadores, os particulares e os proprietários da terra.

Como Smith define:

Quando o preço de uma mercadoria qualquer não é superior nem inferior ao necessário para pagar, segundo as taxas naturais, a renda da terra, os salários do trabalho e os lucros do capital que se empregam para produzi-la, prepará-la e levá-la ao mercado, então essa mercadoria é vendida pelo que se pode considerar seu preço natural (Smith, 2016, p.68)

O preço pelo qual a mercadoria efetivamente é vendida é seu preço de mercado que, por sua vez, flutua no entorno de seu preço natural de acordo com a proporção entre a oferta dessa mercadoria e sua demanda efetiva - aqueles que estão dispostos a pagar seu preço natural.

A quantidade de mercadorias oferecida no mercado ajusta-se naturalmente à demanda efetiva, visto que é do interesse daqueles que aplicaram sua terra, trabalho e capital na produção de um bem qualquer que estes sejam remunerados de acordo com seus preços naturais, e nunca abaixo destes.

É verdade que os trabalhadores, particulares proprietários do capital e os proprietários de terras não se incomodam caso o preço de mercado esteja acima do preço natural, o mesmo não pode ser dito em relação àqueles que necessitam daquela mercadoria, visto que é de seu interesse que a quantidade de mercadorias ofertadas jamais seja inferior à sua demanda efetiva.

Nos casos em que a quantidade de mercadorias ofertadas é superior àquela demandada, os trabalhadores e seus empregadores, agora remunerados abaixo do preço natural de suas ocupações, logo retiram uma parte de seu trabalho ou capital deste ou daquele emprego.

A conclusão lógica das premissas estabelecidas para os empregos do trabalho e do capital é enunciada por Smith

Em seu conjunto, as vantagens e desvantagens dos diferentes empregos do trabalho e do capital devem ser, numa mesma localidade, perfeitamente iguais ou tender constantemente para a igualdade(...) Ao menos seria isso o que aconteceria numa sociedade em que se permitisse que as coisas seguissem seu curso natural, em que houvesse perfeita liberdade, e em que cada homem fosse perfeitamente livre para escolher a ocupação que julgasse apropriada, assim como para mudá-la sempre que considerasse adequado. O interesse individual levaria cada um a procurar os empregos vantajosos e esquivar-se dos desvantajosos (Smith, 2016, p.125)

A obra de Smith avança, ainda, em diversas frentes - a análise dos diferentes sistemas de economia política, dos diferentes progressos da riqueza nas diferentes nações e muitos outros - que, no entanto, foram tratados na presente monografia de maneira apenas geral, objetivou-se, com esta tentativa de síntese dos dez primeiros capítulos d'A Riqueza das Nações" compreender seu cerne teórico que, é verdade, desdobra-se em múltiplas direções.

Após essa breve recapitulação de elementos que parecem centrais nas duas principais obras do filósofo escocês Adam Smith, cabe compreender a leitura que Angela Ganem realiza

acerca destes, de modo a ressaltar a unidade entre as obras a partir de seus conceitos fundamentais.

Não se trata, como na seção anterior, de compreender a história do debate acerca da interpretação das obras de Smith, mas, antes, de abordar uma leitura contemporânea, realizada por uma estudiosa brasileira, da problemática em questão, qual seja, da unidade entre a “Teoria dos Sentimentos Morais” e “A Riqueza das Nações”.

Para tanto, será utilizado o artigo “Economia e filosofia: tensão e solução na obra de Adam Smith”, publicado na revista de economia política no ano de 2002, cujo objetivo, de acordo com as palavras da autora: “é mostrar que o trabalho de Adam Smith é realmente unificado, como pode ser visto a partir dos conceitos fundamentais que permeiam tanto a Teoria dos Sentimentos Morais quanto a Riqueza Das Nações” (Ganem, 2002, p.670)

Ganem, 2002, inicia sua argumentação a partir do conceito de experiência que, na filosofia moderna, é recuperado com grande força por aqueles autores que, posteriormente, foram englobados sob o termo “empirismo” pelos historiadores da filosofia, como Locke, Hume e Hobbes.

Para estes autores, o contato com os objetos do mundo exterior é a fonte de todo o conteúdo presente no entendimento, isto é, o empírico é promovido à fonte última do conhecimento e não é de outra maneira, senão a partir do conhecimento, que o homem deve orientar sua ação.

É a partir da experiência que o sujeito smithiano é capaz de exercitar a *imaginação*, ou seja, se é verdade, como propõe Hume, que as ideias apenas podem se formar a partir da experiência, também deve ser a partir desta que os sujeitos se tornam capazes de formar ideias sobre aquilo que se passa na mente do outro e, mais que isso, de colocaram-se no lugar deste outro.

A imaginação, instrumento por excelência deste “pôr-se no lugar do outro”, com sua fundamentação empírica, faz com que os participantes da comunidade moral exerçam, necessariamente, duas posições, a de ator e a de espectador.

“O ator age, sofre, sente, vivencia uma situação. O espectador coloca se, através da imaginação, no lugar do ator e quando não existe a figura do espectador o ator ocupa efetivamente, pela imaginação, seu lugar, observa-se como ele o faria e encarna as normas sociais vigentes” (Ganem, 2002, p.675)

O homem, de acordo com a concepção de Smith é, portanto, necessariamente incompleto, isto é, tem uma necessidade natural do outro. As regras morais, neste sentido,

apenas podem ser formuladas a partir do colocar-se no lugar do outro através da imaginação, mesmo quando se trata de analisar nossas próprias ações.

O princípio fundamental que permite este movimento é a simpatia, formulada na tradição escocesa de maneira inicial por David Hume, é ela que permite que compartilhem das paixões do outro, de modo que fica, mais uma vez, explícito que é a partir da experiência de convivência entre os homens que as ideias morais podem ser elaboradas.

Estas ideias morais ganham qualidade a partir da noção de adequação, no sentido do termo inglês *propriety* utilizado pelo autor. Isto é, os homens, ao internalizarem as ideias morais formuladas a partir da experiência da convivência, são capazes de formular uma espécie de “espectador imparcial”, com o qual é capaz de analisar suas próprias condutas e paixões.

A adequação entre as condutas individuais e o espectador imparcial dita, neste sentido, as regras gerais da construção de um sentimento particularmente importante no esquema argumentativo de Smith, a saber: o amor.

Não se trata, no entanto, apenas do amor pelo outro, mas também do amor que temos por nós mesmos, isto é, pelo amor-próprio. A partir de tal resultado, Smith formula aquilo que podemos chamar de “tipos” de homens.

O homem prudente seria aquele capaz de agir com autocontrole, manejar sua vida e trabalho e, simultaneamente, batalhar por melhorias em sua condição pessoal. A ação deste homem é marcada pela perfeita adequação para com o espectador imparcial, de modo que goza de amor-próprio.

Smith, no entanto, sublinha que a prudência não é a virtude mais nobre, de modo que o homem sábio e virtuoso, ao contrário do prudente, é aquele que visa, antes de interesse particular, o interesse do coletivo.

Para Ganem: “fica clara a distinção entre o homem virtuoso, o homem que deveria ser ou o homem do tratado moral da TSM e o homem prudente, o homem adequado à moralidade vigente, que age de acordo com ela para obter aprovação, em suma, o homem da *Riqueza das Nações*”. (Ganem, 2002, p.679)

Neste sentido, o interesse privado pela melhoria de sua condição pessoal, conceito nuclear da ideia de riqueza para Smith, bem como de sua formulação do homem prudente, é associado à noção de amor-próprio e, não, como pode parecer, à noção de auto-interesse.

Isto é, os interesses não se esgotam no próprio sujeito, fechado em si mesmo - o que seria impossível na construção teórica de Smith -, mas, antes, multiplicam-se pelo amor-próprio que é, em essência, a incompletude do homem, seu olhar para o outro.

Assim, Smith é capaz de afirmar a estabilidade, bem como a virtude, de uma ordem social fundada no desejo pelo ganho próprio, pela riqueza, na medida em que as normas morais vigentes nesta sociedade necessariamente fornecem as bases para o fomento do amor-próprio.

Portanto, é possível concluir que “A economia nasce realmente sob a paternidade de um filósofo moral. A economia e a moralidade se reconciliam na explicação da emergência da ordem social do mercado em Adam Smith” (Ganem, 2002, p.683).

Conclusão

Na presente conclusão, tal qual adiantado na introdução, se objetiva a retomada sintética do problema central do trabalho, bem como da tese e argumentos mobilizados à sua sustentação. Para além disso, serão apresentados temas e caminhos de pesquisa que apareceram à medida que a argumentação se desenrolou ao longo do texto e, no entanto, não puderam ser contemplados.

O problema do qual se ocupou a monografia foi a posição da economia no discurso de Adam Smith. Portanto, a fim de enunciar qualquer tipo de posição relativa à esta questão foi necessário compreender o discurso de Adam Smith para, então, analisar a posição que um determinado elemento, neste caso a economia, ocupa em seu interior.

A tese defendida pelo trabalho foi tal que afirmou o discurso econômico de Smith enquanto dependente de suas considerações acerca da moral, de modo que a plena compreensão deste apenas é possível mediante a análise daquilo que influenciou as considerações do autor nessa área.

A fim de sustentar tal posição, buscou-se, ao longo de cada uma das seções, construir uma maneira de compreender o autor que pode, sinteticamente, ser enunciada como uma chave “filosófico-econômica”, isto é, um modo de ler Adam Smith que busca em suas considerações acerca da filosofia, em especial da filosofia moral e política, os fundamentos para suas posições em relação à riqueza das nações, ou à propensão natural à troca dos seres humanos.

Neste sentido, a primeira seção destaca-se por caracterizar o iluminismo escocês a partir da história moderna da Escócia, isto é: considerações acerca de sua economia, geografia e relações teológico-políticas para com a Inglaterra, bem como das características que particularizam este movimento intelectual.

No que diz respeito às formulações teóricas e contribuições dos autores centrais deste movimento cabe ressaltar que, para além de uma caracterização, se buscou evidenciar a inserção de Smith nos principais debates do movimento, de modo a trazer à tona a importância deste para as formulações do autor. Cabe destacar, dentre os principais debates tematizados, o estudo sobre o senso moral e fundamentos da moral e da natureza e mente humanas.

Na segunda seção, buscou-se realizar o mesmo procedimento em relação às contribuições da modernidade filosófica em termos da filosofia política, isto é, caracterizar o movimento de acordo com suas principais contribuições e, então, explicitar a inserção de Smith neste.

Cumprе ressaltar, aqui, que devido à heterogeneidade no que diz respeito ao desenvolvimento histórico dos países e movimentos intelectuais particulares envolvidos, fugiu do escopo da presente monografia a apresentação e análise dos pormenores da formação intelectual de cada um dos pensadores considerados nesta seção.

Entretanto, é digno de nota que, apesar da quantidade de autores envolvidos, tentou-se reconstruir de maneira fiel a linha que une suas contribuições às formulações de Smith.

Se as duas primeiras seções argumentativas do presente trabalho foram incumbidas da tarefa de contextualizar o pensamento de Smith, seja no que diz respeito à filosofia política da Europa ocidental ou das contribuições do iluminismo na Escócia, a terceira seção, por sua vez, teve uma tarefa de natureza distinta.

A ela ficou reservada a análise crítica das duas grandes obras de Adam Smith. É verdade, no entanto, que o final da segunda seção já introduzira, de algum modo, esta análise, na medida em que considerou as posições relativas ao “das Adam Smith problem”, isto é, ao problema da unidade ou ruptura nas obras do autor.

No entanto, esta análise havia sido realizada, ainda de modo a contextualizar as posições e não de aderir a monografia a tal ou qual tese acerca do problema em questão, tal movimento apenas é realizado na terceira seção.

Seção esta que, por sua vez, se estruturou de modo a primeiro considerar os argumentos centrais da “Teoria dos Sentimentos Morais” e d’A Riqueza das Nações” para, a partir dos raciocínios de Ganem (2002), posicionar o trabalho no interior das teses que argumentam em favor da unidade das obras.

É importante deixar claro, neste sentido, que a defesa da unidade entre as obras de Adam Smith não implica a existência de um discurso moral e outro econômico que mutuamente se determinam, mas, antes, de compreender que os princípios da natureza humana e do senso moral desenvolvidos na “Teoria dos Sentimentos Morais” seguem válidos n’A Riqueza das Nações”.

Para além disso, a própria vinculação d’A Riqueza das Nações” à economia é, por si só, controversa. Como mostra Ostrensky (2015), esta investigação é voltada, de acordo com o próprio Smith, ao ramo da jurisprudência natural, ela faz, é claro, importantes referências à economia política que, no entanto, não constitui seu objeto central.

Por fim naquilo que diz respeito à sustentação da tese do trabalho, a terceira seção é fundamental na medida em que apresenta a ligação entre os princípios desenvolvidos na “Teoria

dos Sentimentos Morais” e a investigação d’A Riqueza das Nações” a partir do homem prudente.

Para encerrar a presente monografia cabe desenvolver brevemente algumas considerações preliminares acerca de desdobramentos da pesquisa que fornecem indicações para sua continuidade.

Neste sentido é possível destacar pelo menos quatro temas que foram tateados pela pesquisa e, por razões diversas, não encontraram o devido espaço para seu desenvolvimento, a saber:

- 1) Um estudo mais detido acerca da jurisprudência natural
- 2) A análise dos ensaios filosóficos de Smith
- 3) Um estudo das relações entre as contribuições de Smith para a economia política e a filosofia de Hegel
- 4) Uma análise mais detida acerca do papel da imaginação no interior do discurso moral de Smith

Em relação ao estudo da jurisprudência natural é necessário reconhecer que, apesar desta aparecer quando da leitura d’A Riqueza das Nações”, em especial do prefácio da professora Eunice Ostrensky, seria possível aprofundar a análise recorrendo aos textos de Hume e Smith acerca do tema.

Desta maneira seria possibilitada a entrada em temas como a teoria da justiça tal qual estruturada pelos autores em questão ou mesmo em seus argumentos acerca da jurisprudência analítica, crítica, histórica e natural.

No que diz respeito aos ensaios filosóficos de Smith, cabe ponderar se não traria resultados interessantes o estudo acerca de textos como “Considerações sobre a formação primeira das línguas”, “Da natureza da imitação que ocorre nas chamadas artes imitativas” ou mesmo “História da Lógica e da Metafísica antigas”.

As relações entre as contribuições de Smith à economia política e a filosofia desenvolvida por Hegel, em especial no início de sua fase madura, poderiam mostrar-se interessantes na medida em que, ao mesmo tempo, já foram tematizadas por um grande filósofo, a saber, György Lukács em seu livro “O Jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista”, e podem mostrar-se de grande valor à compreensão da formação do pensamento liberal em sua fase revolucionária.

Por fim, cumpre destacar que uma análise mais detida acerca do papel da imaginação poderia ter sido realizada, e, com um isso, um maior refinamento argumentativo alcançado, a partir da obra “Imaginação e moral em Adam Smith” de Leonardo André Paes Müller.

Referências Bibliográficas

Bacon, Francis. *Novo Orgánon*. São Paulo, EdiPro, 2014

Broadie, Alexander. *The Cambridge Companion to the Scottish Enlightenment*. Cambridge, Cambridge University Press, 2003.

Carneiro, Ricardo (Org.). *Os Clássicos da Economia*. São Paulo, Editora Ática, 1997.

Carvalho, Fernando J. Cardim; Souza, Francisco Eduardo Pires de; Sicsú, João; de Paula, Luiz Fernando Rodrigues; Studart, Rogério. *Economia Monetária e Financeira*, Rio de Janeiro, Elsevier, 2007.

Dumont, Louis. *Homo Aequalis*. Paris, Gallimard, 2008.

Guinsburg, J.; Romano, Roberto; Cunha, Newton. *Descartes: obras escolhidas*. São Paulo, Perspectiva, 2010.

de Souza Rodrigues Neto, Pedro. *Moral e Economia em Adam Smith: entre a virtude e o valor*. 2012. 77 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Ganem, Angela. *Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica*. Revista de Economia Contemporânea, vol.4, nº2, pp.9-36, julho-dezembro/2000.

Ganem, Angela. *Economia e Filosofia: tensão e solução na obra de Adam Smith*. Revista de Economia Política, vol.22, nº4 (88), pp.670-684, outubro-dezembro/2002.

Haakonssen, Knud. *Cambridge Companion to Adam Smith*. Cambridge, Cambridge University Press, 2006.

Haakonssen, Knud. *The Science of a Legislator: The Natural Jurisprudence of David Hume and Adam Smith*. Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

Heilbroner, Robert L. *The socialization of the individual in Smith*. Durham, Duke University Press, 1982.

Hobbes, Thomas. *O Leviatã*. São Paulo, Folha de São Paulo, 2022.

Hobsbawn, Eric. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2019.

Hont, Istvan & Ignatieff, Michael. *Wealth and Virtue: The Shaping of Political Economy in the Scottish Enlightenment*. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. *A Fenomenologia do espírito*. Petrópolis – RJ e Bragança Paulista, Editora Vozes e Editora Universitária São Francisco, 2014.

Hume, David. *Essays, Moral, Political and Literary*. Indianapolis, Liberty Fund, 1997.

Hume, David. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. São Paulo, Editora Unesp, 2004.

Hume, David. *Tratado da natureza humana*. São Paulo, Editora Unesp, 2000.

Hutchinson, Francis. *Inquiry into the original of our ideas of Beauty and Virtue*. Liberty Fund, 2008.

Locke, John. *Carta sobre a tolerância*. São Paulo, Editora Autêntica, 2019.

Locke, John. *Ensaio sobre o entendimento humano*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

Locke, John. *Dois Tratados sobre o Governo*. São Paulo, Martins Fontes, 2020.

Lukács, György. *O Jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista*. São Paulo, Boitempo, 2018.

Mandeville, Bernard. *A Fábula das Abelhas*. São Paulo, Editora Unesp, 2017.

Maquiavel, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2010.

Marshall, D. *Adam Smith and the theatrically of moral sentiments*. In: *Critical Inquiry*, n. 10, p. 592-613.

Montesquieu, *Do espírito das leis*. São Paulo, Editora Unesp, 2023.

Morrow, Glenn. *The significance of the sympathy in Hume and Adam Smith*. In: *Philosophical Review*, n. 32, 1924.

Müller, Leonardo André Paes. *Imaginação e Moral em Adam Smith*. São Paulo, Alameda Editorial, 2022.

Norton, D. F & Taylor, J. *The Cambridge companion to Hume*. Cambridge, Cambridge University Press, 2009.

Ostrensky, Eunice. *Prefácio*, em: Smith, Adam. *Teoria dos Sentimentos Morais*. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2015, p.IX-XXI

Pimenta, P.P. 2001. *David Hume sobre A Teoria dos Sentimentos Morais, de Adam Smith*.

Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/rapsodia/article/view/106325>.

Rousseau, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Penguin Clássicos, 2021.

Smith, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2016.

Smith, Adam. *Ensaio filosóficos*. São Paulo, Editora Unesp, 2019.

Smith, Adam. *Teoria dos sentimentos morais*. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2015.

Turnbull, George. *The principles of moral and Christian Philosophy*. Liberty Fund, 2005.

Whyte, Ian D. *Scotland before the industrial revolution: an Economic and Social History, 1050-1750*. Routledge, 2014.